



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO Nº 026/2026

UASG nº 929553

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO ME/EPP

1.1. A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, torna público que, na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Amazonas, nº 170, através da Plataforma Eletrônica "**www.gov.br/compras/pt-br**", realizar-se-á licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de Execução de Projetos Troca de Piso da Sede da Câmara Municipal de Piên e construção de Toldo conforme Projetos elaborado pela empresa WHF ENGENHARIA LTDA, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários a perfeita execução dos referidos projetos, nos termos da tabelas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no termo de referência, ANEXO I.

1.2. Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: Departamento de Administração da Câmara Municipal.

1.4. O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 26 de junho de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 26 de junho de 2026.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: "www.gov.br/compras/pt-br"

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações Compras.Gov, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com a Câmara Municipal de Piên.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico

<https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes> e www.gov.br/compras/pt-br

1.10. O PREGÃO será conduzido pela pregoeira Gizele de Fátima Santos Casagrande, designada pela Portaria nº 003/2024, auxiliada pela EQUIPE DE APOIO composta por Soeli Wendrechovski e Daiane Aparecida Sura da Silva, designadas pelas Portarias nº 016/2025.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1 Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de Execução de Projetos Troca de Piso da Sede da Câmara Municipal de Piên e construção de Toldo conforme Projetos elaborado pela empresa WHF ENGENHARIA LTDA, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários a perfeita execução dos referidos projetos, nos termos da tabelas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

3.1. Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através da dotação abaixo:

Secretaria:	Funcional:
Câmara Municipal de Piên	01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ 3.3.90.39.16.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 3.3.90.30.24.00 - Material para manutenção de bens imóveis

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) do COMPRAS.GOV** "www.gov.br/compras/pt-br"

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Câmara Municipal de Piên, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "COMPRAS.GOV" constante da página eletrônica.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste PREGÃO pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

7.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

7.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufera receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

7.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao COMPRAS.GOV

7.4. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.5. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

- a)** de servidores, vereadores ou dirigentes da Câmara Municipal de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes da Câmara de Piên;
- b)** de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c)** de interessados que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d)** de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;
- e)** de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);
- f)** também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

7.6. Para fins de verificação de atendimento à alínea "f" do item 7.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

- a)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;
- d)** Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- e)** Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

7.6.1. A verificação do item 7.6 alíneas "a" a "e" será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

7.7. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 5.2.** Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, podendo ser prorrogado por igual período mediante autorização do agente de contratação e equipe.

7.8. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao COMPRAS.GOV, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.8.1. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) DIRETAMENTO NO SITE "**www.gov.br/compras/pt-br**."

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido. (O LICITANTE QUE APRESENTAR SUA PROPOSTA, NA PRESENTE LICITAÇÃO, DECLARA TER PLENO CONHECIMENTO, DE ACEITAÇÃO E DE ATENDIMENTO AS EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NESTE EDITAL)

7.8.2. As MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL deverão declarar no campo **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**, na oportunidade de credenciamento, a sua condição de ME ou EPP, para que possam ter o direito de participar, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b)** responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c)** abrir as propostas de preços;
- d)** analisar a aceitabilidade das propostas;
- e)** desclassificar propostas indicando os motivos;
- f)** conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g)** verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h)** declarar o vencedor;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV

8.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.8.1**.

8.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas cadastrada no Sistema de Compras COMPRAS.GOV, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Sistema COMPRAS.GOV.

8.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Câmara Municipal de Piên** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

8.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: 0800 978 9001 - suporte COMPRAS.GOV

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

Valor total;

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

10.5. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico "**www.gov.br/compras/pt-br**" será aberta automaticamente com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando o pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

11.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.5. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

12.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico "**www.gov.br/compras/pt-br**".



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.5. O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 200,00(duzentos reais)**.

12.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

12.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.16. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio "**www.gov.br/compras/pt-br**"

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos em lei.

12.18.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

12.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.22. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos ao pregoeiro via Sistema.

12.23. O pregoeiro/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do pregoeiro.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

13.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.6.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

14.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, o pregoeiro examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo, sendo que a não inclusão de qualquer documento elencado abaixo, na **COMPRAS.GOV**, acarretará na inabilitação do participante:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

14.3.1 Habilitação Jurídica:

- a)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);
- b)** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação),
- c)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a)** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- b)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- c)** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);
- d)** Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- e)** Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- a)** Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

14.3.4 Qualificação Técnica:

14.3.4.1 Capacidade Técnica Operacional da Pessoa Jurídica:

14.3.4.1.1 – COLOCAÇÃO DE PISO

- a)** Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de obra de semelhante complexidade e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação, comprovando aplicação de no mínimo 35 m² de aplicação de piso laminado.

14.3.4.1.2 – CONSTRUÇÃO DO TOLDO

- a)** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

- a.1)** **Atestado de capacidade técnica** de execução, acompanhado de CAT -Certidão Acervo Técnico de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

superior à solicitada no objeto da presente contratação (o atestado deverá comprovar obra com no mínimo 22m²;

a.2) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em **nome da empresa**, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA

c) Declaração formal da empresa informando o nome do Profissional (engenheiro civil ou engenheiro mecânico) e número de registro deste no órgão de classe, que terá responsabilidade técnica na execução dos serviços, assinada pelo representante da empresa e também pelo profissional designado.

c-1) O profissional indicado pelo licitante deve participar da execução do contrato, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

14.3.4.2 Capacidade Técnica Profissional (engenheiro mecânico ou engenheiro civil):

a) Certidão de Registro de Pessoa Física atestando a regularidade do profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA dentro de seu prazo de validade.

b) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo VI) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

b.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da prestação do serviço objeto da licitação.

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ART de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas: (Exigência para assinatura de contrato)

c.1) Carteira de Trabalho;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

c.2) Certidão do CREA;

c.3) Contrato Social;

c.4) Contrato de prestação de serviços;

c.5) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

14.3.4.3 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

14.3.4.4 O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Câmara Municipal.

14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão Da Câmara de Piên;

3) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

5) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VII

c) No caso de a empresa se enquadrar em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração conforme modelo do ANEXO VIII acompanhada de comprovante.

14.4. A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

14.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

14.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

14.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

14.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

14.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a)** apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;
- b)** apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;
- c)** especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;
- d)** apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;
- e)** apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R\$ 1,12)** e irrevogável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;
- f)** incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais, etc.
- g)** No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- h)** Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

15.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO - DE - OBRA E EQUIPAMENTOS**

15.3. Serão **desclassificadas** as propostas que:

- a)** Contenham **mais de três casas decimais**;
- b)** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão do pregoeiro;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

d) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

16. DA GARANTIA:

16.1. Não será exigido garantia para este edital.

17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

17.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

17.1.1. A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico do COMPRAS.GOV. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacao@pien.pr.leg.br ou através do telefone (41) 98752 8536, este último apenas informal.

17.1.2. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.

18.1.1. As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico COMPRAS.GOV. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacao@pien.pr.leg.br.

18.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

juntada aos autos do PREGÃO.

18.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

19.2. Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da Câmara Municipal.

19.5. A sessão pública poderá ser reaberta:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

19.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.5.2. Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.5.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta do contrato em **ANEXO II** a este.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo o pregoeiro adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial da Câmara Municipal de Piên, endereço <https://portal-legislativo-pien.equiplano.cloud/relatorio/licitacao-contrato/licitacoes/licitacoes>

24. CONTRATO:

24.1. Os itens objeto deste PREGÃO serão registrados em **CONTRATO** e contratados consoante às regras próprias do Sistema.

24.2. A proponente adjudicatária deverá assinar digitalmente o contrato, com certificado digital válido.

24.2.1. Não sendo assinada o contrato, poderá o órgão licitante convocar as outras proponentes classificadas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, inclusive por e-mail.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Licitante. Não havendo decisão, a assinatura do contrato deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de convocação.

24.5. Para a assinatura do contrato, a Licitante poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

24.6. Também para assinatura do contrato, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

24.7. A recusa injustificada de assinar o contrato, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas na minuta do contrato que faz parte deste edital.

24.8. O contrato poderá sofrer alterações, respeitadas as disposições contidas na lei federal 14.133/21.

24.8.1. Os preços contratuais poderão ser revistos para mais ou para menos em caso de força maior, caso fortuito ou fatos imprevisíveis que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante ampla comprovação documental pelas partes, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

24.8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a contratante deverá:

24.8.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

24.8.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

24.8.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder manter o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá:

24.8.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e;

24.8.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.9. O contrato terá vigência **de 06 (seconcoris) meses, a contar da data da sua publicação.**

25. ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

25.1. Conforme termo de referência.

26. Recebimento e Critério de Aceitação do Objeto

a) Provisoriamente, para a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

c) No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias uteis.

26.1. A logística da entrega do objeto deve seguir rigorosamente este edital e seus anexos;

26.2. O objeto deve atender às normas técnicas e os materiais utilizados devem apresentar garantia de qualidade, a fim de atingir máxima qualidade e durabilidade do objeto. Sujeito à intervenção pelo técnico responsável da contratante.

27. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

27.1. A prestação dos serviços, ocorrerão na Sede da Câmara Municipal de Piên, na Rua Amazonas, 170, Centro, Piên/PR – CEP 83.860.000.

28. PAGAMENTO:

28.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante. O pagamento poderá ser realizado, via boleto bancário ou ainda em conta do Banco do Brasil ou Caixa Econômica, diferente disso, haverá cobrança de tarifa bancária .

28.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

28.2. A Câmara Municipal de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

28.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome da Câmara Municipal de Piên, CNPJ nº. 01.603.097/0001-90, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

28.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderão ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

28.5 Juntamente com a nota fiscal, deverá ser apresentado o diário de obra, as certidões comprovando a manutenção da regularidade fiscal da licitante durante a prestação dos serviços e também o comprovante de pagamento das obrigações trabalhistas, conforme prevê Art. 68 da Lei 14.133/2021

29. DISPOSIÇÕES FINAIS:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

29.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do contrato dela decorrente.

29.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.2.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

29.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

29.5. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

29.6. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

29.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

29.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

29.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

29.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo pregoeiro, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

29.11. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO

30. RELAÇÃO DE ANEXOS

30.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta do contrato
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
ANEXO VII	Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (apenas para item 02 – Toldo)
ANEXO VIII	Projeto troca de Piso e suas peças
ANEXO IX	Projeto Toldo e suas peças

Piên/PR, 10 de junho de 2026

Gizele de Fátima Santos Casagrande
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de Execução de Projetos Troca de Piso da Sede da Câmara Municipal de Piên e construção de Toldo conforme Projetos elaborado pela empresa WHF ENGENHARIA LTDA, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários a perfeita execução dos referidos projetos, nos termos da tabelas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÕES

- 2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN MEDIDA	QTDE	VALOR TOTAL
1	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Execução de Projeto troca de piso na Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos conforme projeto elaborado pela empresa WHF Engenharia.	Prestação de Serviço	1	R\$ 32.767,96
2	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Execução de Projeto construção de Toldo na Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos conforme projeto elaborado pela empresa WHF Engenharia	Prestação de Serviço	1	R\$ 34.896,23



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme projeto.

O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante justificativa.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 67.664,19 (sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima e anexos.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico nos projetos e ETP apêndice deste Termo de Referência.

4.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

6.1. Na ocorrência de subcontratação, a empresa subcontratada deverá apresentar todos os requisitos presentes no item 14.3 deste edital, mediante anuência da contratante.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O início da execução do objeto se dará em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

7.1.2. A contratada deverá seguir o cronograma apresentado nos Projetos.

7.2. Os serviços serão prestados no endereço informado: Rua Amazonas, 170, Centro Piên PR

7.3. Os serviços serão prestados entre as 8h00 e 17h00.

7.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

7.4.1. Seguir as determinações contidas no Projetos;

7.4.2. Cumprir prazos e agenda planejado;

7.4.3. Manter comunicação com o responsável pela fiscalização do projeto;

7.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.5.1. Fornecer EPI's;

7.5.2. Estar em dia com as obrigações trabalhistas, como registro e benefícios;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos e pelo fiscal técnico engenheiro responsável pela elaboração dos Projetos

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

8.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

8.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

8.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. FONTE ORÇAMENTARIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de P de Piên.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ

3.3.90.39.16.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

3.3.90.30.24.00 - Material para manutenção de bens imoveis

10. LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. LOCAL: Rua Amazonas, 170, Centro, Piên PR .

10.2. PRAZO: Inicio em até 30 dias a partir da assinatura do Contrato.

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 6 meses.

12. FONTES DE PESQUISA

12.1. LOCAIS ONDE FORAM REALIZADAS AS COTAÇÕES.

- TABELA SINAPI

Elaborado em dia 10 de junho de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxxxxxxx
REFERENTE AO PREGÃO Nº xxxxxxxx

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN XXXXXX.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 170, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Presidente Sr Almir Pedro Mielke, portador da CI nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXXXXXXX, XXXXX em XXXXXXXX/PR, CEP: XXXXXXXX Fone (XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX neste ato representado pelo, Sr (a). XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº. XXXXXXXXXXXX doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

- 1.1. **Cláusula Primeira:** Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de Execução de Projetos Troca de Piso da Sede da Câmara Municipal de Piên **E /OU** construção de Toldo conforme Projetos elaborado pela empresa WHF ENGENHARIA LTDA, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários a perfeita execução dos referidos projetos, nos termos da tabelas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN MEDIDA	QTDE	VALOR TOTAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

1	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Execução de Projeto troca de piso na Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos conforme projeto elaborado pela empresa WHF Engenharia.	Prestação de Serviço	1	R\$
2	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Execução de Projeto construção de Toldo na Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos conforme projeto elaborado pela empresa WHF Engenharia	Prestação de Serviço	1	R\$

Parágrafo Primeiro: Os serviços prestados e os materiais fornecidos deverão seguir as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme relatório em anexo a esse contrato.

Parágrafo Segundo: O valor do presente contrato correspondente ao preço obtido através PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 é de R\$XXXXX (XXXXXXX) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Terceiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Quarto: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto deste Pregão ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Cláusula Segunda: A entrega e o recebimento do(s) objeto(s) do presente contrato será efetuada em conformidade com as cláusulas dispostas no termo de referência.

Parágrafo Primeiro: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os equipamentos e materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

Parágrafo Segundo: Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis de sua entrega, conforme especificado no termo de referência.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designado como fiscal do contrato o servidor Soeli Wendrechovski Como Fiscal Técnico, o engenheiro designado pela WHF Engenharia.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais.

Parágrafo Primeiro: A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

Parágrafo Segundo: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Terceiro: O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

Parágrafo Quarto: A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Parágrafo Quinto: O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Parágrafo Sexto: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Sétimo: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total da contratação é de R\$ (....).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, que será devidamente atestada pelo responsável e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Sétimo: Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Parágrafo Oitavo: Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

Parágrafo Nono: Para fins de IRRF de pessoas físicas, a municipalidade seguirá a Legislação Federal, aplicando a tabela de alíquotas progressivas.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelos códigos:

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
3.3.90.39.16.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
3.3.90.30.24.00 – Material para manutenção de bens imóveis

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Cláusula Oitava: Constitui direitos da CÂMARA receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Efetuar a entrega dos bens nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- d) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
- f) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- j) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
- k) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a câmara municipal.
- l) A responsabilidade pela qualidade do material fornecido é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h) A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período*;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

parágrafo Primeiro: Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: Multa:

I – Moratória:

- a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
- d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – Compensatória:

- a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
- b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
- c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

d) Para a infração descrita na alínea “d” da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

e) Para as infrações previstas nas alíneas “e”; “f”; e “g” da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

f) Para as infrações previstas nas alíneas “h”; “i”; “j”; “k”; e “l” da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.

II – as peculiaridades do caso concreto.

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV – os danos que dela provierem para o contratante.

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Primeira: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Câmara Municipal de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Concorde o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

Piên, XX de XXXX de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE

Presidente
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº xxx/2026.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

- a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Câmara Municipal de Piên;
- c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
- e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).

(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO IV PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

A Camara Municipal de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é

Valor total

Descrição

O prazo de validade da proposta de preços é de **(inserir o prazo de validade) ((inserir o prazo de validade por extenso))** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, ____ de ____ de 2026.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2026, cujo objeto é

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A CAMARA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de nº/....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(Local e data)

.....
(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

Rua Amazonas, 170 – fone/fax: 41-3632-1642

CEP 83860-000 - Piên/Estado do Paraná

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, INDICANDO RESPONSÁVEL TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

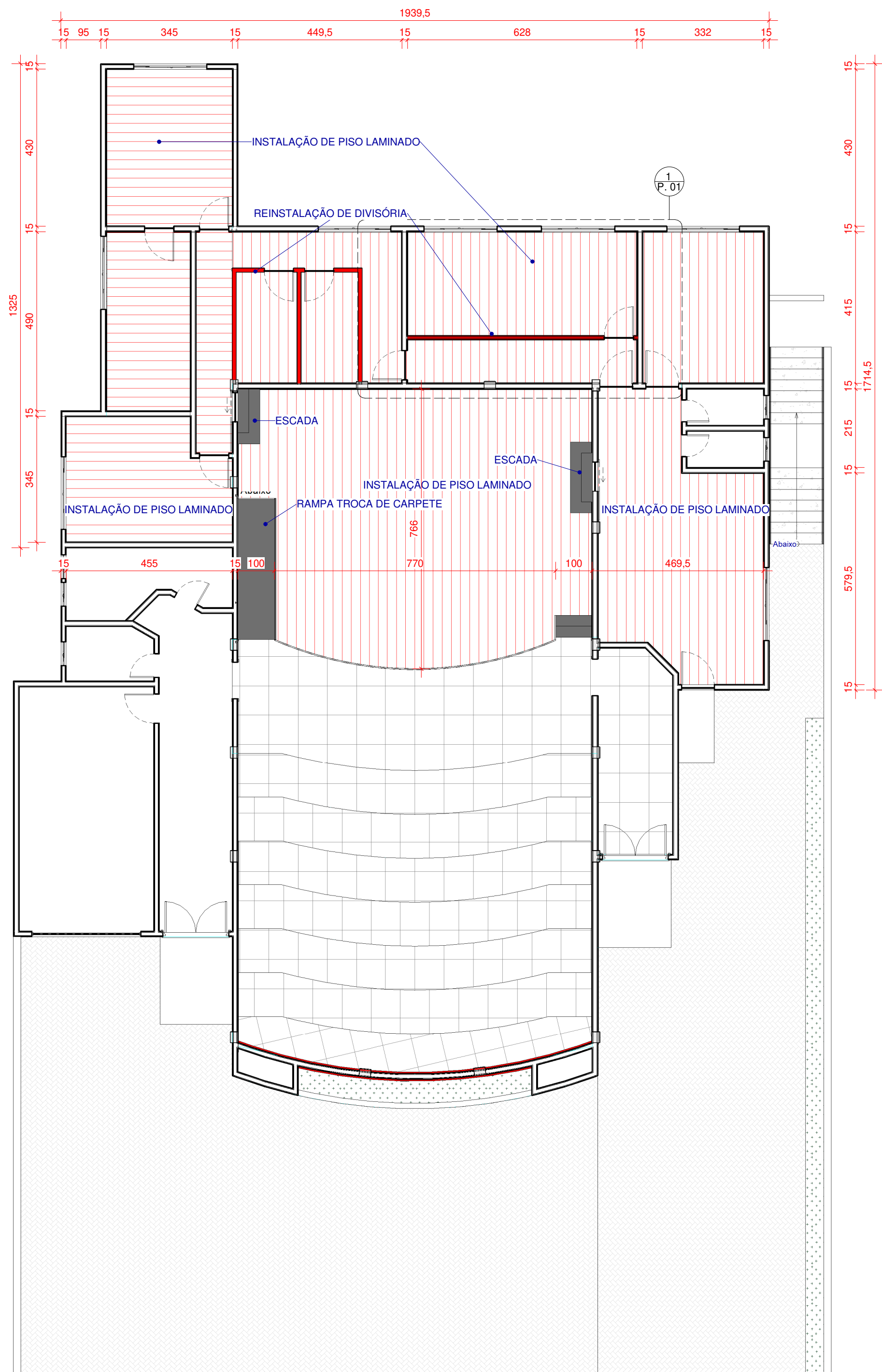
Em atendimento ao Edital do Pregão nº 000/2026, declaramos que o profissional indicado, engenheiro civil/ eletricista _____ (CREA Nº _____), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora. (local e data)

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

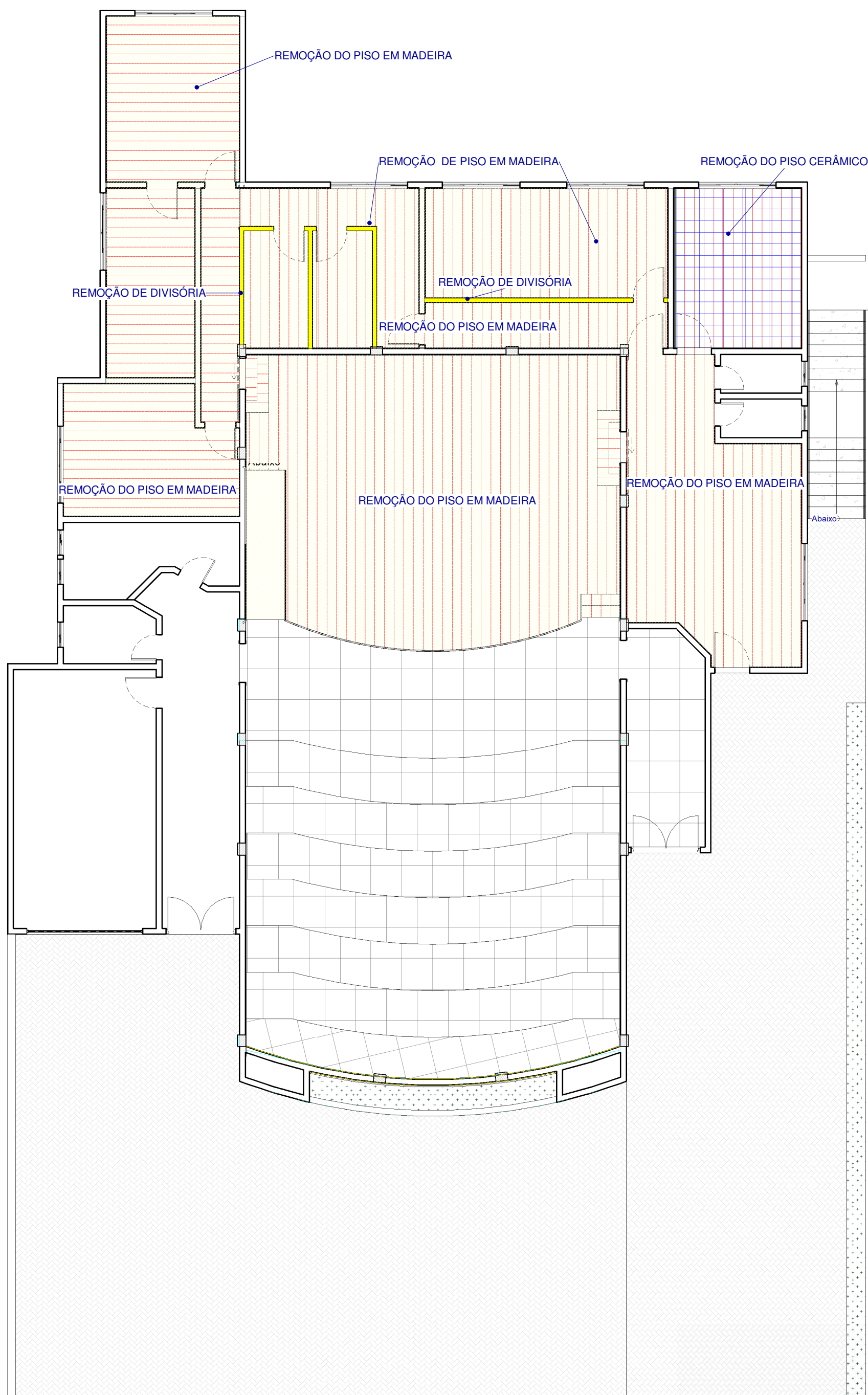
Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico Nº 000/2026 caso a sociedade empresária _____ seja vencedora no certame.

_____, _____ de _____ de 20__.

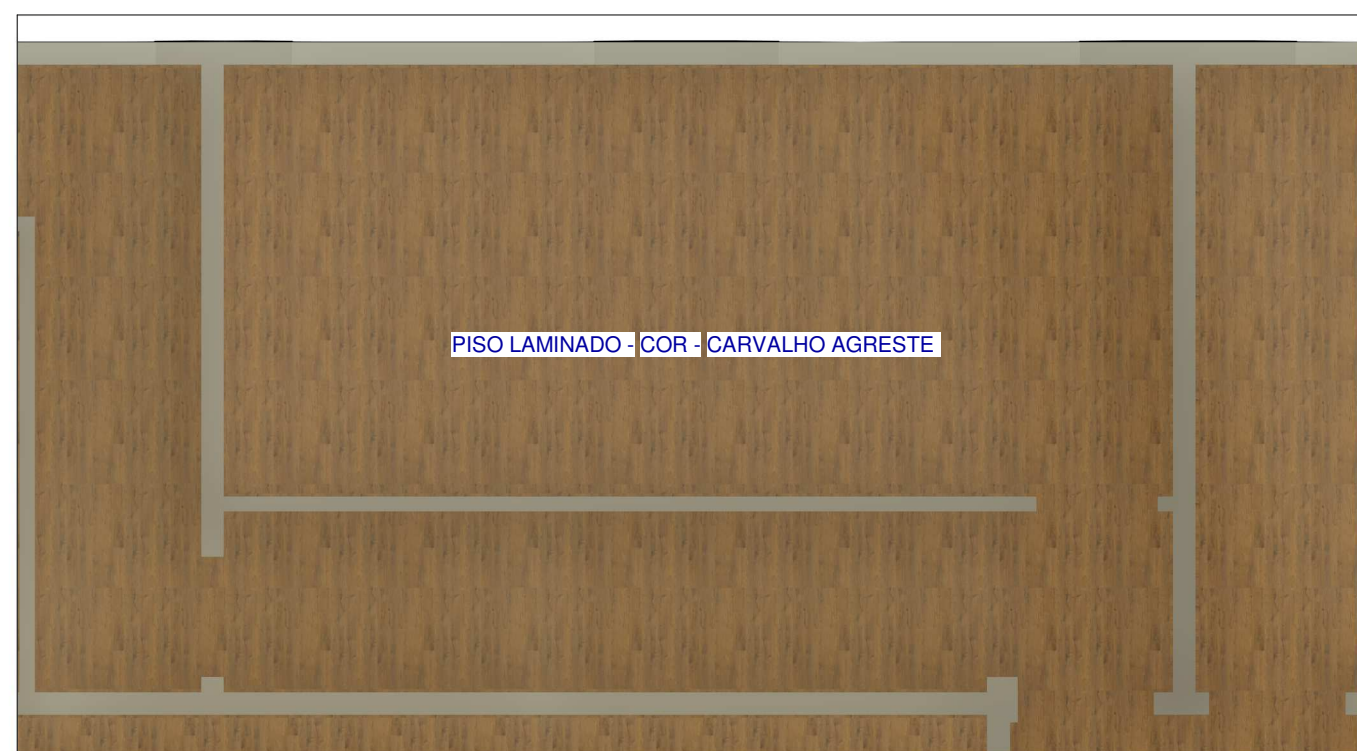
NOME / CREA / ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO



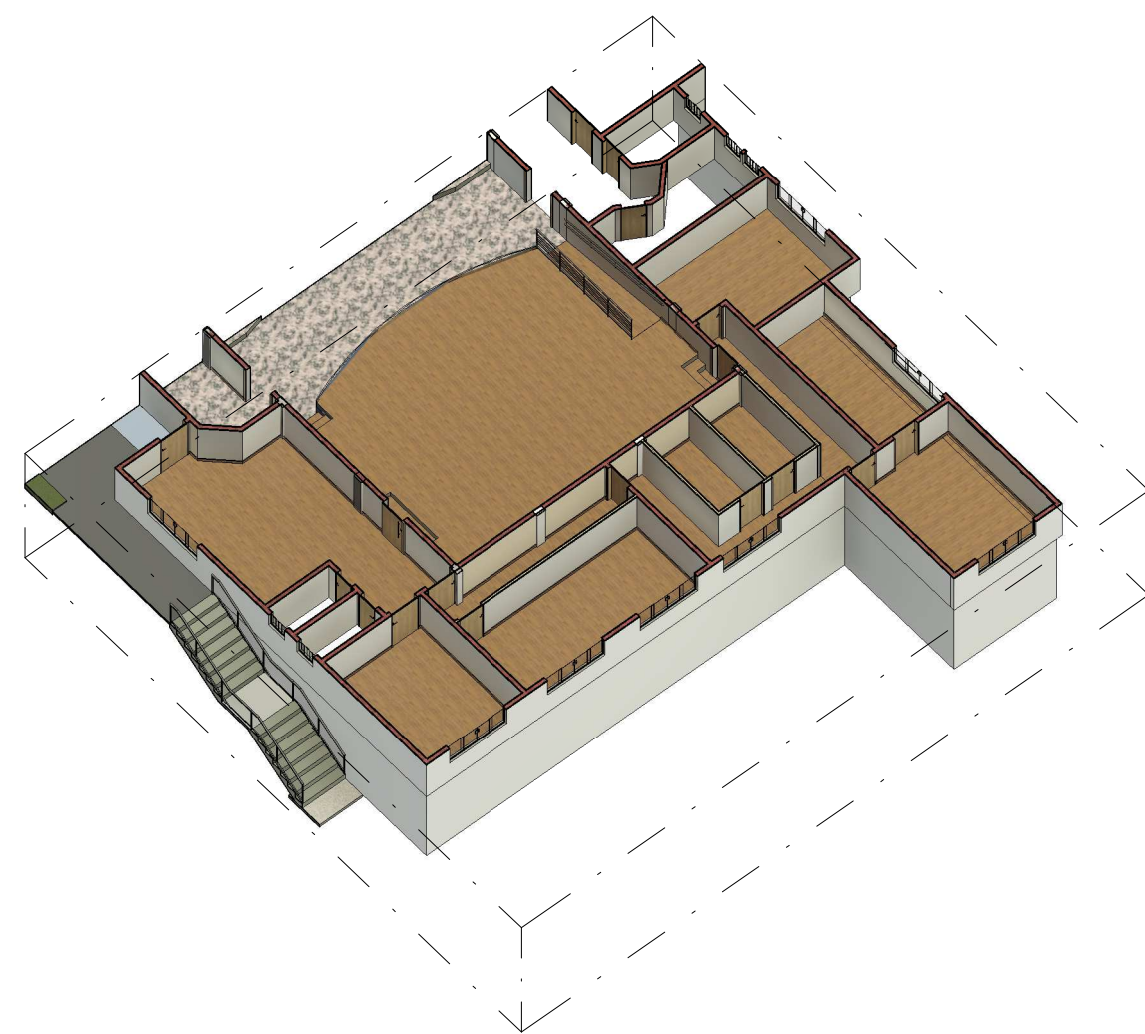
3 PLANTA BAIXA - TÉRREO - CONSTRUIR
Escala: 1 : 100



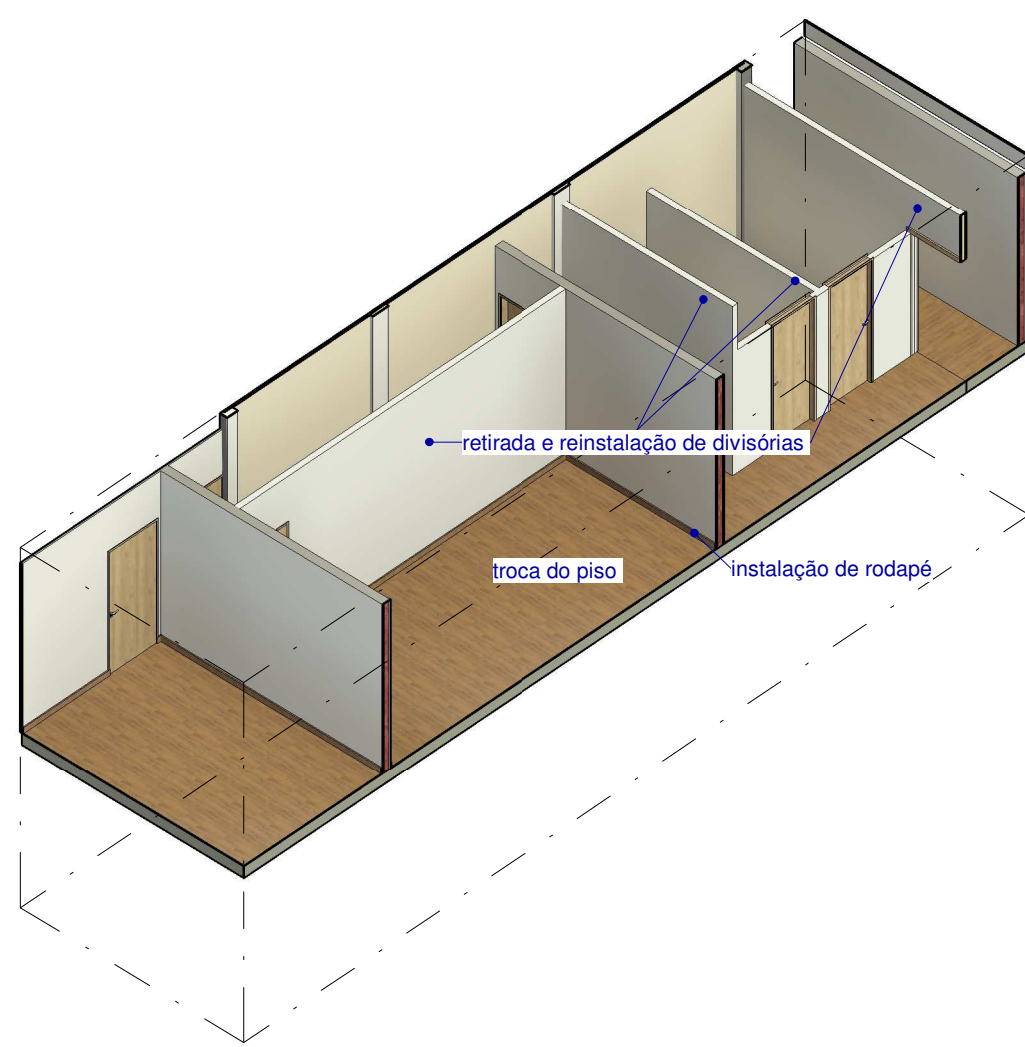
4 PLANTA BAIXA - TÉRREO - DEMOLIR
Escala: 1 : 100



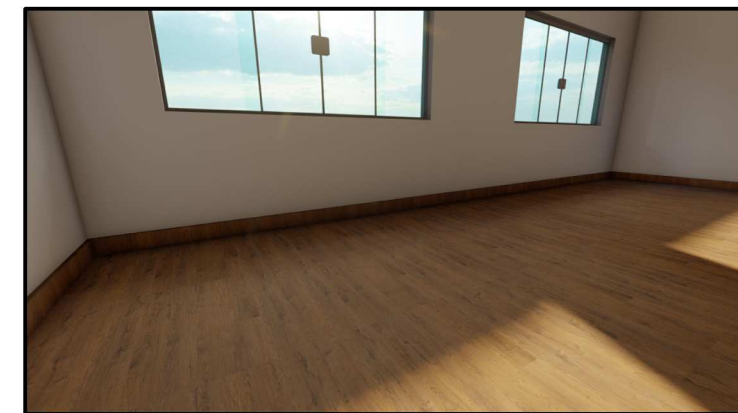
1 DETALHE PISO
Escala: 1 : 50







2 PERSPECTIVA 01
Escala:



5 PERSPECTIVA 02
Escala:



SERVIÇOS	QUANTIDADE
 PISO LAMINADO A SER INSTALADO	208,51 m²
 PISO EM MADEIRA A SER REMOVIDA	194,73 m²
 DIVISÓRIA A SER REMOVIDA	51,96 m²
 DIVISÓRIA A SER REINSTALADA	51,96 m²
 PISO CERÂMICO A SER REMOVIDO	13,78 m²
 CARPETE A SER TROCADO	14,00 m²

LEGENDA
Escala: 1 : 50

ESTATÍSTICA

ZONA DE OCUPAÇÃO	ZC - ZONA CENTRAL
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	-
ÁREA DO LOTE	750,00 m²
TESTADA DO LOTE	25,00 m
ÁREA DA REFORMA	-
ÁREA A REGULARIZAR	-
ÁREA TOTAL	-
TAXA DE OCUPAÇÃO	-
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-
TAXA DE PERMEABILIDADE	-

PIÊN - PR

APROVAÇÕES:

* Em caso de divergência entre cota e escala, prevalecer cota.
* Declaro ciência que o projeto aprovado não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno;
* Declaro que é de responsabilidade do projetista que haja acesso adequado para todas as vagas de estacionamento deste projeto;



RESP. TÉCNICO:

Fabrizio Wojciekowski
CREA SC/ 1712719-D

PROPRIETÁRIO:

Câmara Municipal de Piên
CNPJ: 01.603.097/0001-90

OBRA: Reforma da Câmara Municipal de Piên

LOCAL: Rua Amazonas, 170

BAIRRO: Centro

DESCRIÇÃO

PLANTA BAIXA, CORTES E DETALHES

Documento assinado digitalmente
FABRICIO WOJCIEKOWSKI
Data: 20/01/2026 13:19:15-0300
Verifique em <https://validar.dfe.gov.br>

PROJETO

ARQUITETÔNICO

DATA:

28/01/2026

ESCALA: Indicada

PRANCHA

P. 01

DE

01

OBRA: TROCA DE PISO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

LOCAL: RUA AMAZONAS, Nº 170, CENTRO, PIÊN - PR

DATA: JANEIRO DE 2026

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN – PR

MEMORIAL DESCRITIVO.

“Este memorial faz parte de um conjunto de elementos, entre eles, projeto arquitetônico, planilha orçamentária e cronograma. Este conjunto vem para dirimir todas as dúvidas construtivas. Em caso de dúvidas no projeto, deverá ser consultado o memorial e ou a planilha orçamentária. O que não se encontrar em algum dos documentos poderá ser encontrado no outro. É favor consultar todos os 03 documentos antes de executar o serviço que lhes pareça duvidoso”

OBJETO.

Este memorial descritivo compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para a troca do piso na Câmara Municipal, nos locais indicados pela CONTRATANTE e conforme projeto padrão completo.

1 - PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Deverá ser alocada uma placa de identificação da obra em local a ser determinado pela Fiscalização com área no tamanho determinado pelo Contratante, e que conterá o objeto do contrato, valor contratual, data de início e término, propaganda institucional entre outros dizeres nas cores e formato determinado pela CONTRATANTE. A placa deverá ter as dimensões constantes em orçamento (1x 0,8 = 0,80 m²).

2 – RETIRADA DO PISO DE MADEIRA EXISTENTE

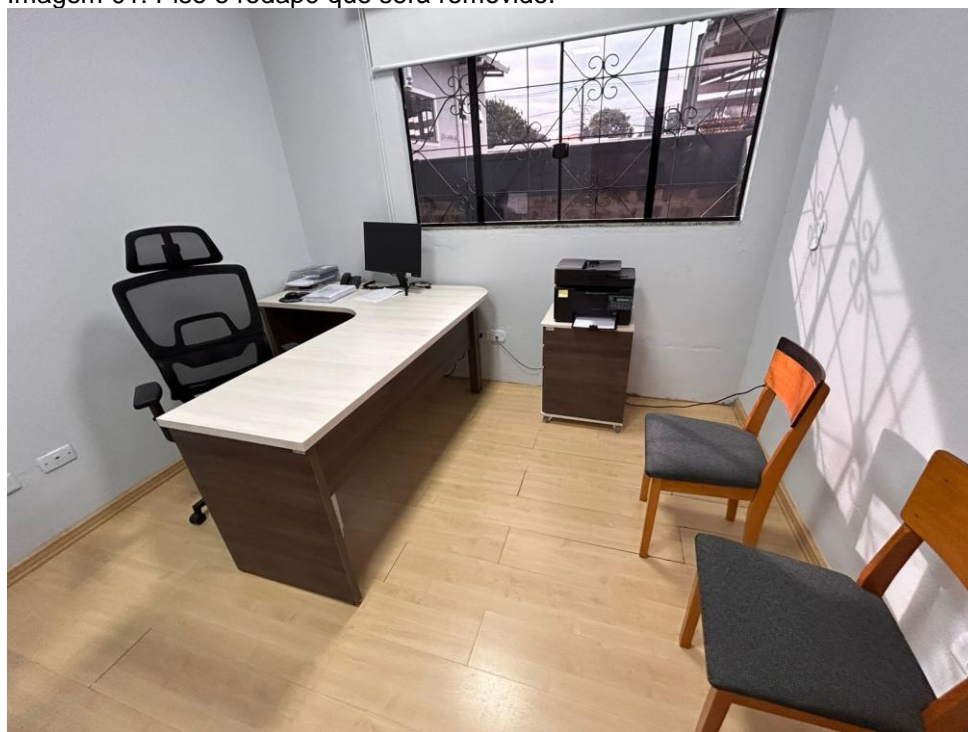
Este serviço compreende a **remoção manual do piso de madeira**, sem reaproveitamento dos materiais existentes. A execução deverá ser realizada exclusivamente com **ferramentas manuais adequadas**, tais como martelos, alavancas, talhadeiras ou similares, garantindo o desmonte controlado dos elementos e a preservação das estruturas adjacentes que não fazem parte do escopo.

A remoção inclui o destacamento das tábuas do assoalho, a retirada dos barrotes de madeira e de todos os elementos de fixação associados, como pregos e parafusos. Quando necessário, os componentes poderão ser fragmentados para facilitar o manuseio e o transporte.

Os materiais resultantes da demolição deverão ser **carregados manualmente**, transportados internamente até local previamente definido no canteiro de obras e **destinados de forma adequada**, em conformidade com as normas ambientais vigentes e orientações da fiscalização.

O serviço engloba o fornecimento de **mão de obra especializada, ferramentas manuais, equipamentos de proteção individual (EPIs)** e todos os encargos necessários para sua completa execução, conforme critérios e composições planilha orçamentária. A medição será realizada por **metro quadrado (m²)** de área removida.

Imagem 01: Piso e rodapé que será removido.



Fonte: Autor.

A remoção será por ambientes, pois a obra ocorrerá durante o expediente de serviço. A definição da ordem de remoção será estabelecida pela fiscalização da obra.

3 – DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO

Este serviço compreende a **demolição manual do revestimento cerâmico existente em piso**, incluindo placas cerâmicas, rejuntas e argamassa de assentamento aderida ao contrapiso, **sem reaproveitamento dos materiais**, a ser executado nas dependências da **Câmara Municipal de Piên**.

A execução deverá ser realizada com o uso exclusivo de **ferramentas manuais adequadas**, tais como marretas, ponteiros, talhadeiras, espátulas ou similares, garantindo a remoção completa do revestimento cerâmico, sem causar danos ao contrapiso ou às estruturas adjacentes que não façam parte do escopo do serviço.

A demolição inclui o destacamento das placas cerâmicas, a remoção da argamassa de assentamento e do rejunte, respeitando os limites definidos em projeto, bem como as orientações da fiscalização da obra.

Imagem 02: Piso cerâmico que será removido.



Fonte: Autor do projeto.

Os resíduos gerados deverão ser **carregados manualmente**, transportados internamente até local previamente definido no canteiro de obras e **destinados de forma ambientalmente**

adequada, sem qualquer tipo de reaproveitamento, em conformidade com a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis.

4 – REMOÇÃO TEMPORÁRIA DE DIVISÓRIAS TIPO EUCATEX PARA EXECUÇÃO DE PISO

Este serviço compreende a **remoção manual e temporária das divisórias internas do tipo eucatex**, incluindo painéis, montantes, perfis, guias, elementos de fixação e acabamentos associados, **com reaproveitamento integral dos materiais**, a ser executado nas dependências da **Câmara Municipal de Piên**, com a finalidade de viabilizar a instalação de **novo piso laminado**.

Imagem 03: Algumas divisórias que serão removidas e depois reinstalas.



Fonte: Autor do Projeto.

A execução deverá ser realizada de forma **criteriosa e controlada**, utilizando-se ferramentas manuais adequadas, tais como chaves, alavancas, martelos e similares, de modo a permitir o **desmonte sem danos** aos componentes das divisórias, assegurando sua posterior reinstalação.

A remoção inclui o desmonte das divisórias até o nível necessário para liberação total do piso existente, a identificação, organização e **armazenamento adequado dos componentes**, bem como a proteção dos materiais durante o período de execução do novo piso.

Concluída a instalação do piso laminado, as divisórias deverão ser **recolocadas no mesmo alinhamento, posição e configuração originais**, com reaproveitamento dos materiais removidos, incluindo o reaprumo, o reaperto das fixações e os ajustes necessários para garantir o perfeito funcionamento, estabilidade e acabamento final das divisórias.

O serviço contempla o fornecimento de **mão de obra especializada, ferramentas manuais, equipamentos de proteção individual (EPIs)** e todos os encargos necessários para sua completa execução, conforme diretrizes do projeto, orientações da fiscalização e critérios adotados no orçamento da obra.

5 – INSTALAÇÃO DE PISO LAMINADO

5.1. MATERIAIS

Os materiais principais destinados à execução da obra, compreendendo o piso laminado, os rodapés e a manta de polietileno, serão fornecidos pela Câmara Municipal de Piên, cabendo à empresa contratada exclusivamente a execução dos serviços de instalação, aplicação, ajustes, acabamentos e demais procedimentos necessários para a perfeita execução da obra. A contratada permanecerá responsável pela conferência prévia das condições e quantitativos dos materiais fornecidos, bem como pela correta utilização, armazenamento e preservação destes durante toda a execução dos serviços, devendo comunicar imediatamente à fiscalização qualquer inconformidade, avaria ou insuficiência constatada.

5.1.1 Características Gerais

- Piso laminado para uso interno, composto por réguas industrializadas;
- Substrato em HDF (High Density Fiberboard) de alta densidade, com densidade mínima de **860 kg/m³**;
- Revestimento superficial em **papel melamínico decorativo com padrão amadeirado**, acabamento fosco, **sem chanfro**;

- Sistema de encaixe tipo **macho-fêmea por travamento mecânico**, dispensando o uso de adesivos;
- Instalação do tipo flutuante, assentada sobre manta de polietileno, proporcionando conforto acústico e estabilidade dimensional;
- Produto compatível com sistemas de aquecimento de piso, conforme recomendações do fabricante.

5.1.2 Dimensões das Réguas

- Largura nominal aproximada: **215 mm**;
- Comprimento nominal aproximado: **1800 mm**;
- Espessura nominal: **8 mm**;
- Tolerâncias dimensionais conforme **ABNT NBR 14833-1**.

5.1.3 Classificação de Uso e Desempenho

- Classe de uso mínima: **Classe 33**, conforme **ABNT NBR 14833-1**, indicada para ambientes comerciais de alto tráfego;
- Resistência mínima à abrasão: **≥ 6000 ciclos**;
- Resistência a manchas:
 - Grupos 1 e 2: **nível mínimo 5**;
 - Grupo 3: **nível mínimo 4**;
- Solidez superficial mínima: **≥ 1,25 N/mm²**;
- Inchamento máximo após ensaio: **≤ 18%**.

5.1.4. Normas Técnicas

O piso laminado deverá atender integralmente aos requisitos da **ABNT NBR 14833-1**, incluindo controle dimensional, empenamento, esquadro, abertura entre régua e diferença de altura entre placas.

5.1.5 Garantia

- Garantia mínima de **25 anos para uso residencial**;
- Garantia mínima de **5 anos para uso comercial**, conforme condições do fabricante.

5.2. Preparação do Substrato

Antes do início da instalação, o substrato deverá apresentar as seguintes condições:

- Estar limpo, seco e isento de poeira, resíduos, graxa, óleos ou quaisquer materiais que possam comprometer o desempenho do piso;
- Apresentar nivelamento adequado, sendo corrigidas eventuais irregularidades, respeitando-se as tolerâncias recomendadas pelo fabricante do piso laminado.

Batentes, portas e demais elementos interferentes deverão ser previamente ajustados ou cortados, quando necessário, de modo a permitir a correta instalação do piso, evitando esforços, empenamentos ou deformações posteriores.

5.3. Execução da Instalação

A instalação do piso laminado deverá ser executada conforme as seguintes diretrizes:

- A manta de polietileno deverá ser desenrolada no sentido perpendicular ao da instalação das régua do piso, prevendo-se sobreposição mínima de **10 cm** entre as faixas;
- As emendas da manta deverão ser devidamente coladas com adesivo apropriado, assegurando a continuidade da barreira de proteção;
- A instalação das régua deverá ser iniciada com o lado macho voltado para a parede;
- Deverão ser utilizados espaçadores ao longo de todo o perímetro, mantendo-se folga mínima de **10 mm** entre o piso laminado e paredes, pilares ou quaisquer elementos fixos, permitindo a dilatação do material;
- O encaixe das peças deverá ser realizado introduzindo-se o macho na fêmea da régua previamente instalada, com auxílio de bloco-batente e martelo, garantindo o perfeito travamento das peças, sem danos às régua;
- As juntas deverão apresentar alinhamento uniforme, sem ressaltos, frestas excessivas ou desníveis.



Fonte: Autor do Projeto.

5.4. Acabamentos

Após a conclusão da instalação do piso laminado, deverão ser executados os seguintes acabamentos, conforme necessidade do projeto:

- Acabamentos verticais, como rodapés;
- Acabamentos horizontais, como perfis de transição tipo “T” ou perfis redutores, nos locais onde houver mudança de ambiente ou diferença de nível.

5.5 Instalação de piso podotátil direcional e de alerta

Este serviço compreende o fornecimento e instalação de piso podotátil direcional e de alerta em borracha, assentado com cola, conforme especificações do item de planilha “PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO COM COLA.”, a ser executado nas dependências da Câmara Municipal de Piên.

A instalação do piso podotátil deverá ocorrer somente após a conclusão da instalação do novo piso laminado, garantindo que a superfície esteja devidamente limpa, seca, nivelada e em perfeitas condições para fixação do revestimento tátil. Os locais de instalação do piso podotátil deverão seguir o mesmo posicionamento e configuração atualmente existentes na edificação, respeitando os trajetos acessíveis, áreas de circulação, sinalizações de mudança de direção, obstáculos e pontos de alerta já implantados no prédio, salvo orientações distintas da fiscalização.

O piso podotátil deverá ser confeccionado em borracha de alta resistência, apropriado para ambientes internos com circulação de pessoas, apresentando superfície antiderrapante, resistência ao desgaste e características adequadas de percepção tátil, conforme normas técnicas de acessibilidade vigentes.

Imagem 05: Locais onde tem piso tátil será instalado um novo após a troca do piso.



Fonte: Autor do Projeto.

A fixação deverá ser realizada com adesivo apropriado recomendado pelo fabricante, garantindo perfeita aderência ao piso laminado, sem desprendimentos, ondulações, falhas de colagem ou desníveis que possam comprometer a segurança e a funcionalidade da sinalização tátil.

Durante a instalação, deverão ser observados rigorosamente os alinhamentos, espaçamentos e padrões de paginação, assegurando uniformidade visual, correto direcionamento dos percursos acessíveis e adequado acabamento junto às paredes, portas, divisórias e demais elementos construtivos.

Antes da execução definitiva, a contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização o modelo, dimensões, textura e tonalidade do piso podotátil a ser utilizado, ficando a instalação condicionada à autorização prévia da CONTRATANTE e da fiscalização da obra.

Todos os serviços deverão ser executados por mão de obra especializada, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente os critérios de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050, bem como as recomendações do fabricante e orientações da fiscalização.

5.6. Condições Gerais

Todos os serviços deverão ser executados por mão de obra especializada, observando rigorosamente as recomendações do fabricante do piso laminado, as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas da construção civil, garantindo a qualidade, durabilidade e o adequado desempenho do revestimento.

Somente serão aceitos materiais que comprovem, por meio de documentação técnica, o atendimento integral às exigências deste memorial, sendo vedada a indicação de marca ou fabricante específico, conforme legislação vigente aplicável às licitações públicas.

6 – RETIRADA E INSTALAÇÃO DE PISO TEXTIL

Este serviço compreende a remoção do carpete existente, preparo da superfície e fornecimento e instalação de novo carpete em manta nas áreas indicadas em projeto e/ou definidas pela fiscalização da Câmara Municipal de Piên.

A remoção do revestimento existente deverá ser executada manualmente, incluindo carpete, cola, resíduos aderidos ao contrapiso e demais materiais soltos ou deteriorados, de modo a garantir uma base limpa e adequada para a instalação do novo revestimento. Os resíduos provenientes da remoção deverão ser recolhidos, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

Antes da instalação do novo carpete, o contrapiso deverá ser cuidadosamente inspecionado, apresentando-se firme, seco, limpo, nivelado e isento de poeira, umidade, fissuras, resíduos de cola, graxas, óleos ou quaisquer materiais que possam comprometer a aderência e o desempenho do revestimento. Caso necessário, deverão ser executadas correções pontuais de regularização para garantir as condições adequadas de assentamento.

O novo revestimento deverá ser constituído de carpete em manta para tráfego comercial pesado, confeccionado em fibra de nylon de alta resistência, espessura total entre 9 mm e 10 mm, apropriado para ambientes de circulação intensa e uso contínuo, atendendo aos requisitos mínimos de desempenho, resistência ao desgaste, estabilidade dimensional e facilidade de manutenção.

A instalação deverá seguir rigorosamente as recomendações do fabricante, utilizando adesivo apropriado para o sistema especificado. As mantas deverão ser assentadas com alinhamento

uniforme, sem enrugamentos, bolhas, ressaltos ou falhas de colagem, garantindo perfeito acabamento estético e funcional.

As emendas deverão ser executadas de forma precisa e discreta, assegurando continuidade visual do revestimento e adequada fixação entre as mantas. Nos encontros com paredes, divisórias, portas e demais elementos construtivos, deverão ser realizados os recortes e ajustes necessários para perfeito acabamento.

Após a conclusão dos serviços, o ambiente deverá ser entregue completamente limpo, livre de resíduos, manchas de cola ou materiais excedentes, em perfeitas condições de uso.

Todos os serviços deverão ser executados por mão de obra especializada, observando as normas técnicas aplicáveis, recomendações do fabricante e orientações da fiscalização, garantindo a qualidade, durabilidade e desempenho do revestimento instalado.

Imagem 06 – Carpete a ser substituído.



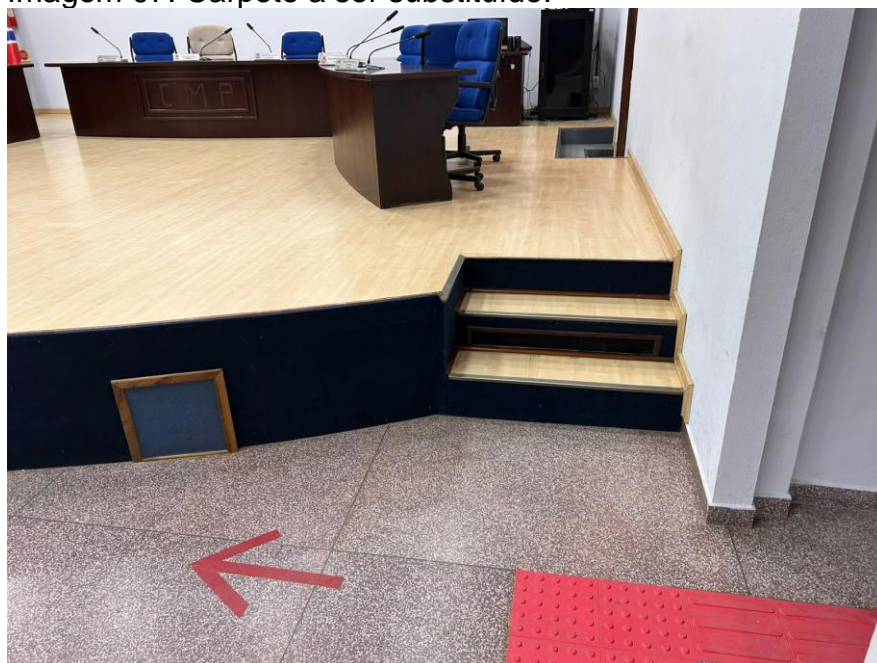
Fonte: Autor do Projeto.

O novo revestimento deverá ser constituído de carpete em manta para tráfego comercial pesado, confeccionado em fibra de nylon de alta resistência, com espessura total entre 9 mm e 10 mm, apropriado para ambientes de circulação intensa e uso contínuo, atendendo aos requisitos mínimos de desempenho, resistência ao desgaste, estabilidade dimensional e facilidade de manutenção.

Como referência estética para o ambiente institucional da Câmara Municipal de Piên, sugere-se a utilização de carpete em tonalidades escuras, preferencialmente nas cores preto, cinza escuro ou grafite, visando maior durabilidade visual, facilidade de manutenção e melhor comportamento quanto à aparência do desgaste natural em áreas de elevado tráfego.

Entretanto, antes da aquisição e instalação do revestimento, a empresa contratada deverá obrigatoriamente apresentar amostras, catálogo técnico ou material comprobatório do carpete proposto para análise e aprovação prévia da fiscalização da obra e da CONTRATANTE. Somente será permitida a execução dos serviços após a aprovação formal do modelo, padrão, textura e tonalidade do carpete pela fiscalização, ficando vedada a instalação de qualquer material sem a devida autorização prévia.

Imagem 07: Carpete a ser substituído.



Fonte: Autor do Projeto.

7 - ORIENTAÇÕES GERAIS DA OBRA:

Os serviços previstos neste memorial descritivo serão executados **de forma setorizada e em etapas**, de modo a permitir a **manutenção do funcionamento regular da Câmara Municipal de**

Piên durante a execução da obra. A sequência e o cronograma das intervenções em cada ambiente serão definidos em conjunto com a fiscalização, visando minimizar interferências nas atividades administrativas e legislativas.

Durante toda a execução dos serviços, a contratada deverá adotar **medidas rigorosas de segurança, organização, higiene e controle de acesso**, incluindo isolamento adequado das áreas em obra, sinalização preventiva, proteção de circulações e ambientes adjacentes, bem como a limpeza contínua dos locais afetados.

É indispensável a observância das **normas de segurança do trabalho**, o uso obrigatório de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** e a adoção de procedimentos que evitem riscos aos servidores, usuários e visitantes da Câmara, garantindo condições seguras de circulação e permanência no edifício.

A contratada será responsável por manter o ambiente de trabalho **limpo, organizado e livre de resíduos**, realizando a destinação adequada dos materiais removidos, de forma a preservar as condições de higiene, salubridade e segurança do prédio durante todo o período da obra.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT, recomendações dos fabricantes dos materiais e orientações da fiscalização da obra.

A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados, pelo fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, materiais complementares, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais elementos necessários para a perfeita execução dos serviços previstos neste memorial.

Durante toda a execução da obra, deverão ser adotadas medidas de proteção dos mobiliários, equipamentos, paredes, esquadrias, instalações e demais elementos existentes nos ambientes de intervenção, evitando danos ao patrimônio público. Eventuais avarias causadas durante os serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, que deverá providenciar os reparos necessários sem ônus à CONTRATANTE.

Ao término dos serviços, a empresa executora deverá realizar limpeza completa dos ambientes contemplados pela obra, promovendo a remoção de resíduos, poeira, embalagens, restos de materiais, manchas de cola e quaisquer elementos decorrentes da execução dos serviços, entregando os ambientes em perfeitas condições de uso, funcionamento, higiene e segurança.

Somente serão aceitos materiais e serviços que atendam integralmente às especificações técnicas deste memorial e às exigências da fiscalização, ficando condicionada à aprovação prévia da CONTRATANTE qualquer alteração de material, método executivo ou solução construtiva proposta pela contratada.

Os serviços somente serão considerados concluídos após vistoria e aprovação final da fiscalização da obra e da Câmara Municipal de Piên.

Piên, Maio de 2026



Documento assinado digitalmente
FABRICIO WOICIEKOVSKI
Data: 20/05/2026 13:19:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABRICIO WOICIEKOVSKI
Eng. Civil CREA-SC 171271-9/D



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN - PR

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - Construção e Reforma de Edifícios

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção e Reforma de Edifícios	20,34	22,12	25,00

VALORES DE REFERÊNCIA - %

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,80
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	1,00
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,64
Tributos (soma dos itens abaixo)	5,15	6,65	8,65	6,65
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	3,00
TOTAL				21,81

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI

CREA-PR 171271-9D

ASSINATURA:






Documento assinado digitalmente


FABRICIO WOICIEKOVSKI

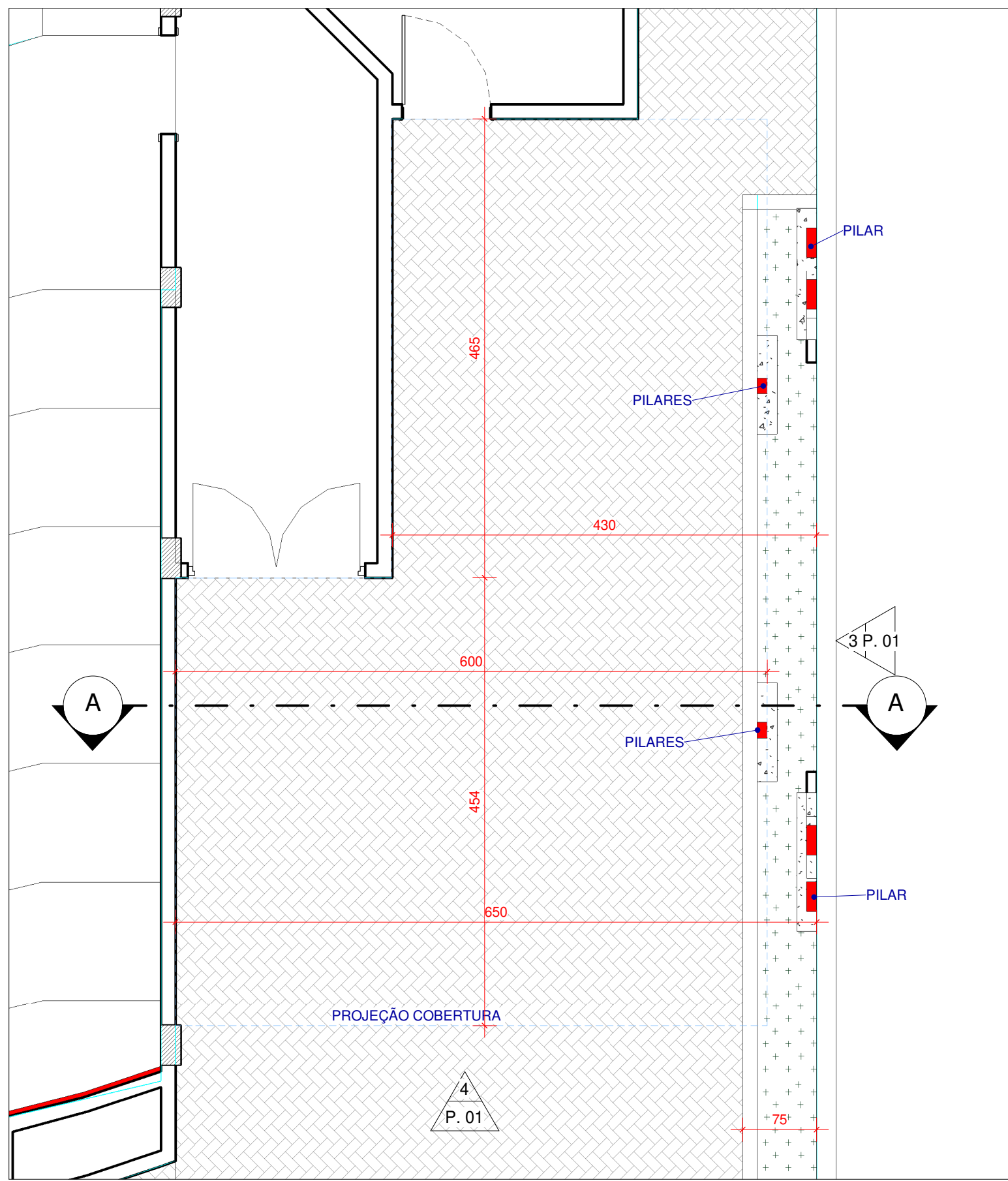
Data: 20/05/2026 13:21:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

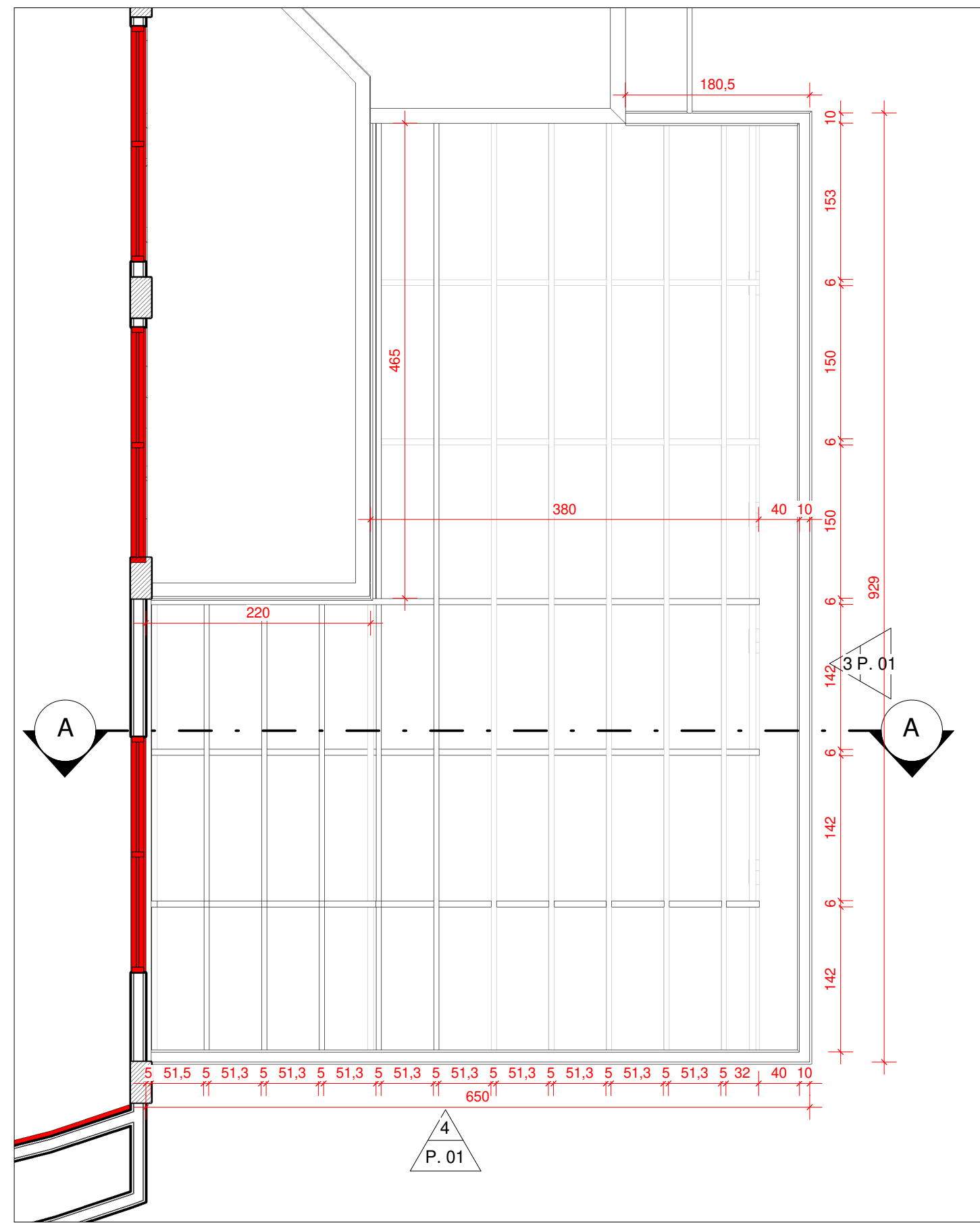
			CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN										
			REF.: Reforma da Câmara Municipal de Piên, PR										
			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
			Data: 20/05/2026										
Município: PIÊN													
Projeto: PROJETO DE REFORMA													BDI: 21,81%
Local: RUA AMAZONAS, 170													BAIRRO: CENTRO
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO S/BDI(R\$)	PREÇO UNITÁRIO MÃO DE OBRA	PREÇO UNITÁRIO MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO C/BDI (R\$)	PREÇO TOTAL MÃO DE OBRA	PREÇO TOTAL MATERIAIS	PREÇO DO SERVIÇO (R\$)	
1.			SERVIÇOS PRELIMINARES										
1.1	SINAPI	103689	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - INSTALADA	m²	0,80	469,47	142,97	428,90	571,86	114,37	343,12	457,49	
TOTAL												457,49	
2.			RETIRADA DE PISO EXISTENTE										
2.1	SINAPI	97643	REMOÇÃO DE PISO DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL. AF_09/2023	m²	194,73	32,95	40,14	0,00	40,14	7.816,50	0,00	7.816,50	
2.2	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	m²	13,78	29,75	36,24	0,00	36,24	499,39	0,00	499,39	
TOTAL												8.315,89	
3.			INSTALAÇÃO DE PISO										
3.1	COMPOSIÇÃO	1	PISO LAMINADO EM AMBIENTES INTERNOS. (INSTALAÇÃO)	m²	208,51	34,73	42,30	0,00	42,30	8.820,02	0,00	8.820,02	
3.2	COMPOSIÇÃO	2	RODAPÉ EM MADEIRA, ALTURA 7CM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	m	189,46	9,04	11,01	0,00	11,01	2.085,95	0,00	2.085,95	
3.3	COMPOSIÇÃO	3	PERFIL DE TRANSIÇÃO PARA PISO LAMINADO, TIPO "T" OU REDUTOR, INCLUSIVE FIXAÇÃO E ACABAMENTO	m	34,00	54,31	16,54	49,62	66,16	562,36	1.687,08	2.249,44	
3.3	SINAPI	106785	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO COM COLA. AF_02/2026	m	10,00	69,22	21,08	63,24	84,32	210,80	632,40	843,20	
3.4	SINAPI	106166	LIMPEZA DE PISO LAMINADO	m	208,51	1,82	0,56	1,67	2,22	115,72	347,17	462,89	
TOTAL												14.461,50	
4.			DESMONTAGEM E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS										
4.1	COMPOSIÇÃO	4	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS	m²	51,96	43,84	53,40	0,00	53,40	2.774,66	0,00	2.774,66	
TOTAL												2.774,66	
5.			RETIRADA E INSTALAÇÃO DE PISO TEXTIL (CARPETE)										
5.1	SINAPI	10710	CARPETE DE NYLON EM MANTA PARA TRAFEGO COMERCIAL PESADO, E = 9 A 10 MM (INSTALADO)	m²	14,00	269,05	81,93	245,80	327,73	1.147,06	3.441,17	4.588,22	
5.2	COMPOSIÇÃO	5	REMOÇÃO DE PISO TEXTIL (CARPETE)	m²	14,00	30,22	9,20	27,61	36,81	128,84	386,51	515,34	
TOTAL												5.111,30	
6.			ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E LIMPEZA										
6.1	COMPOSIÇÃO	6	LIMPEZA, REMOÇÃO DE ENTULHOS, ORGANIZAÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA	UND	1,00	1.352,20	411,78	1.235,33	1.647,11	411,78	1.235,33	1.647,11	
TOTAL												1.647,11	
VALOR TOTAL DE MÃO DE OBRA										24.575,97			
VALOR TOTAL DE MATERIAIS										8.191,99			
VALOR TOTAL										32.767,96			
REFERÊNCIAS													
DATA: 17/05/2026	SINAPI	abr/26	NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI CREA-SC 171271-9/D			ASSINATURA:							

			PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN							
			CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
			DATA: 20/05/2026							
Município: PIÊN			PREVISÃO DE OBRA: 90 dias							
Projeto: PROJETO DE REFORMA										
Local: RUA AMAZONAS, 170			BAIRRO		CENTRO		VALOR TOTAL:		R\$ 32.767,96	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR	30 dias		30 dias		30 dias		TOTAL	
			R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 457,49	R\$ 457,49	100,00%					R\$ 457,49	100,00%
2	RETIRADA DE PISO EXISTENTE	R\$ 8.315,89	R\$ 3.326,36	40,00%	R\$ 3.326,36	40,00%	R\$ 1.663,18	20,00%	R\$ 8.315,89	100,00%
3	INSTALAÇÃO DE PISO	R\$ 14.461,50	R\$ 5.784,60	40,00%	R\$ 5.784,60	40,00%	R\$ 2.892,30	20,00%	R\$ 14.461,50	100,00%
4	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS	R\$ 2.774,66	R\$ 832,40	30,00%	R\$ 832,40	30,00%	R\$ 1.109,87	40,00%	R\$ 2.774,66	100,00%
5	RETIRADA E INSTALAÇÃO DE PISO TEXTIL (CARPETE)	R\$ 5.111,30					R\$ 5.111,30	100,00%	R\$ 5.111,30	100,00%
6	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E LIMPEZA	R\$ 1.647,11	R\$ 494,13	30,00%	R\$ 576,49	35,00%	R\$ 576,49	35,00%	R\$ 1.647,11	100,00%
TOTAL NO MÊS (SIMPLES)		R\$ 32.767,96	R\$ 10.894,98	33,25%	R\$ 10.519,85	32,10%	R\$ 11.353,13	34,65%	R\$ 32.767,96	100,00%
TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)			R\$ 10.894,98	33,25%	R\$ 21.414,82	65,35%	R\$ 32.767,96	100,00%		
DATA: 17/05/2026	NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI CREA-SC 171271-9/D				ASSINATURA:  Documento assinado digitalmente FABRICIO WOICIEKOVSKI Data: 20/05/2026 13:43:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br					

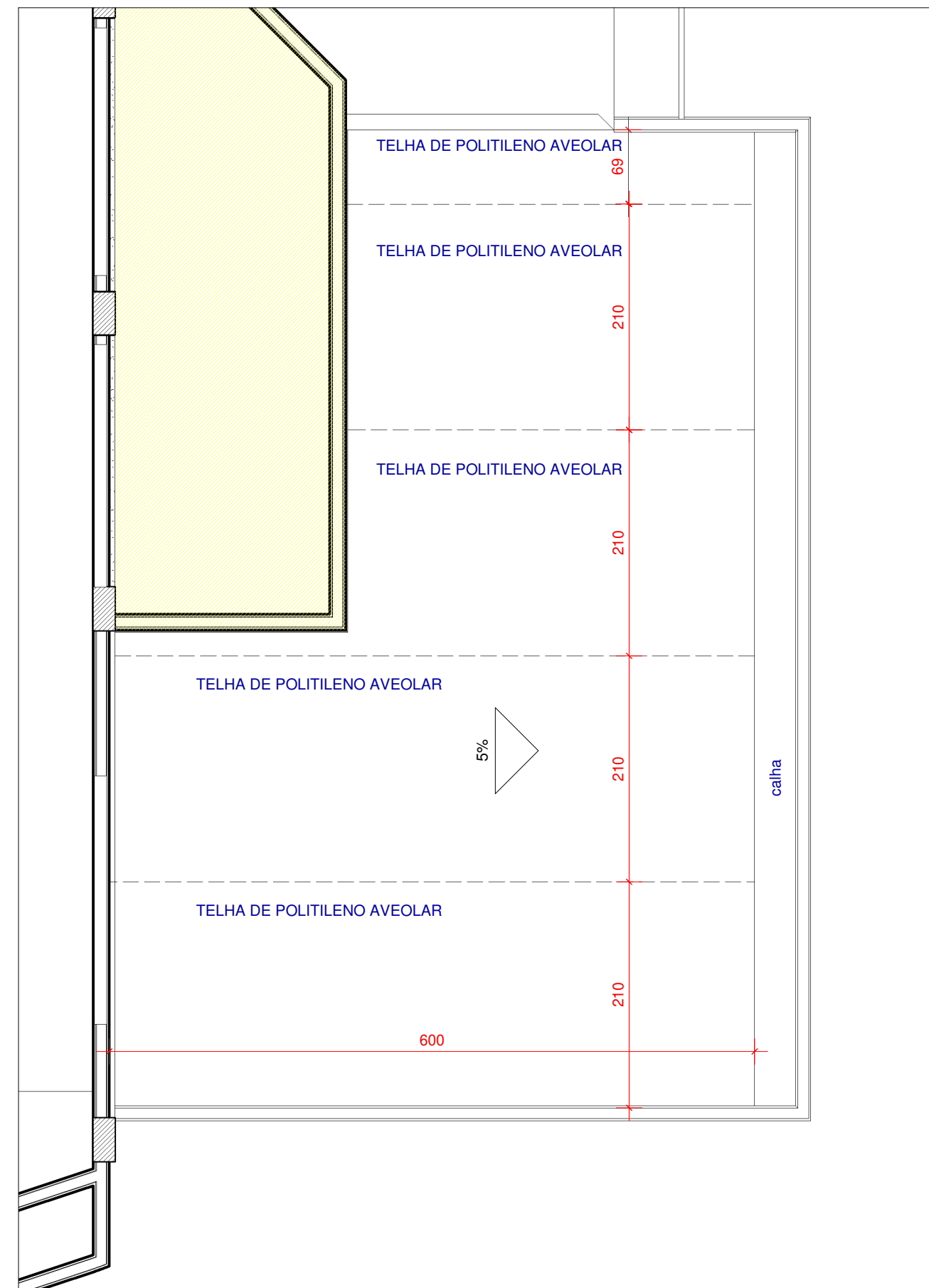
COMPOSIÇÕES:				FONTE: SINAPI/PR / COTAÇÃO			
Código da Composição	Tipo Item	Código do Item	Descrição	Unidade	Coeficiente	Custo unitário	Custo total
1			FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PILAR TRELIÇADO INCLINADO EM AÇO E VIGA TRELIÇADA , PARA CONERTURA EM POLICARBONATO, INCLUSO IÇAMENTO	UN			7073,25
INSTALAÇÃO DE TESOURA (INTEIRA OU MEIA), EM AÇO, PARA VÃOS MAIORES OU IGUAIS							
	COMPOSICAO	92255	A 3,0 M E MENORES QUE 6,0 M, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	7	301,61	2111,27
	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30	18,85	565,50
	COMPOSICAO	88278	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30	20,03	600,90
	INSUMO	cotação	PERFIL "U" SIMPLES, EM CHAPA DOBRADA DE ACO LAMINADO, E = 2,65 MM, H = 100 MM, L = 40 MM (3,54 KG/M)	KG	163	8,42	1372,46
	INSUMO	10997	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG	2	40,5	81,00
	INSUMO	4777	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG	120	8,02	962,40
	Insumo	Cotação	Tubo de Aço Retangular 100x50x2,65	m	24	57,49	1379,72
Código da Composição	Tipo Item	Código do Item	Descrição	Unidade	Coeficiente	Custo unitário	Custo total
2			FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO EM ACM NOS PILARES TRELIÇADOS E VIGAS TRELIÇADAS DA COBERTURA.	M²			116,93
	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,328	18,85	6,18
	COMPOSICAO	88278	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,422	20,03	28,48
	INSUMO	COTAÇÃO	CHAPA DE ACM, 3 MM, PRETO FOSCO	M2	1	82,27	82,27
Código da Composição	Tipo Item	Código do Item	Descrição	Unidade	Coeficiente	Custo unitário	Custo total
3			FITA LED - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	m			116,28
	COMPOSICAO	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2820152	36,17	10,20048978
	COMPOSICAO	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0881298	29,86	2,631555828
	INSUMO	COTAÇÃO	Fita de Led Luz Neutra 18W, 12 v	M	1	36,98	36,98
	INSUMO	COTAÇÃO	Perfil de Fita Led de Sobrepor aluminio branco 3m	M	0,35	189,9	66,465
DATA: 12/02/2026			NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI	ASSINATURA:  Documento assinado digitalmente FABRICIO WOICIEKOVSKI Data: 17/02/2026 23:00:33-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br			
	SINAPI	set/25					
	COTAÇÕES	jan/26	CREA-SC 171271-9/D				



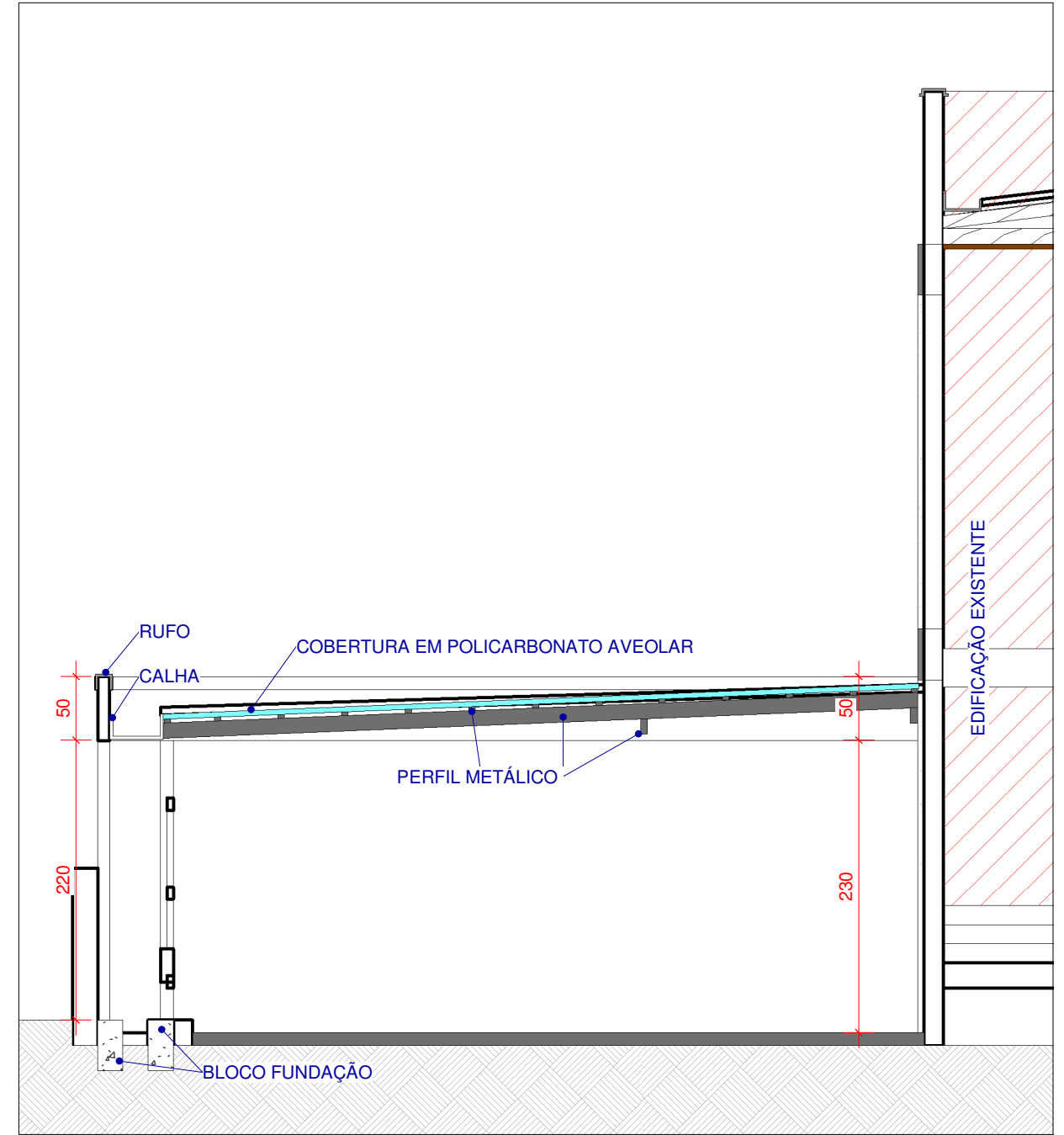
6 PLANTA BAIXA - TÉRREO - CONSTRUIR
Escala: 1 : 50



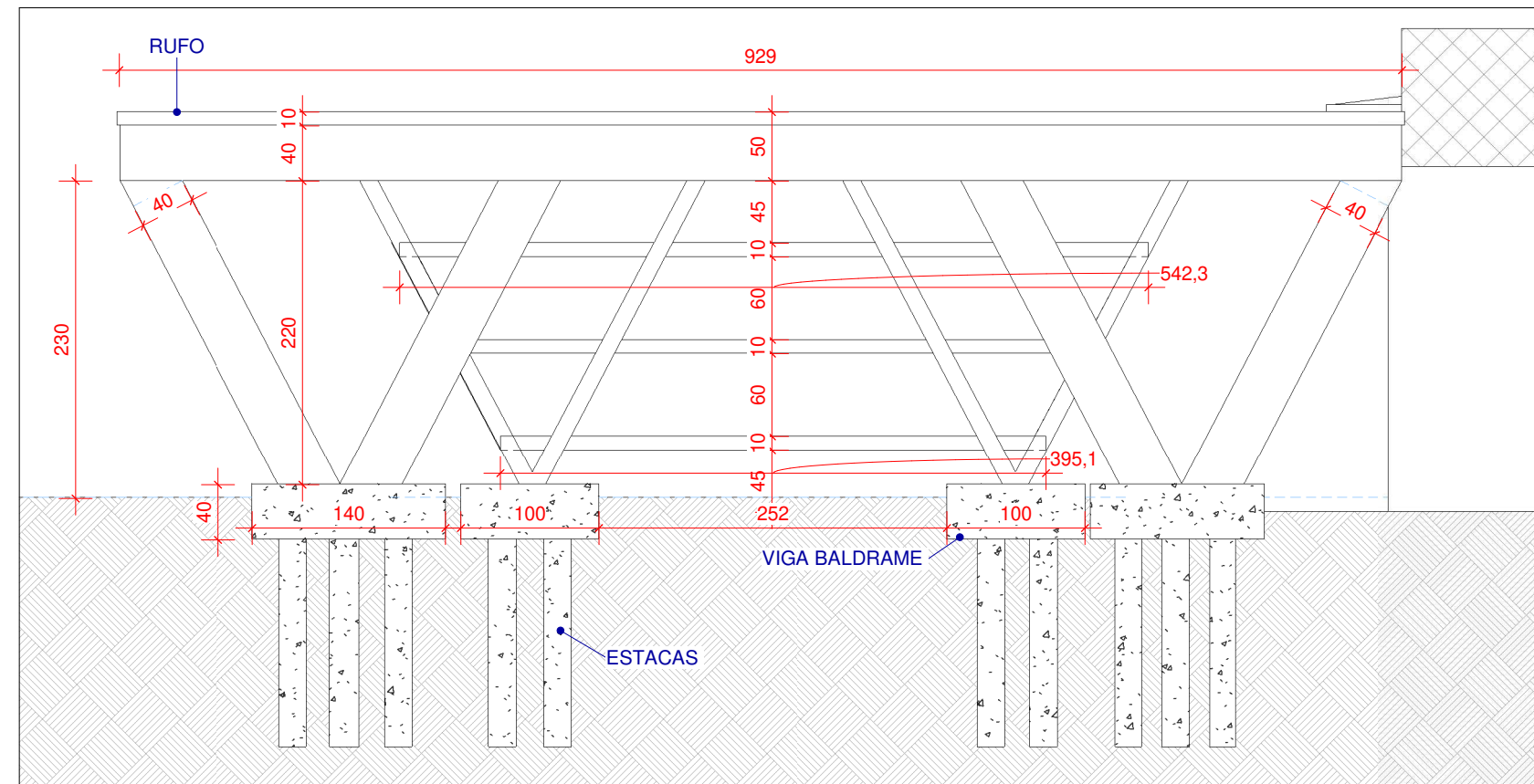
1 PLANTA BAIXA - ESTRUTURA DA COBERTURA
Escala: 1 : 50



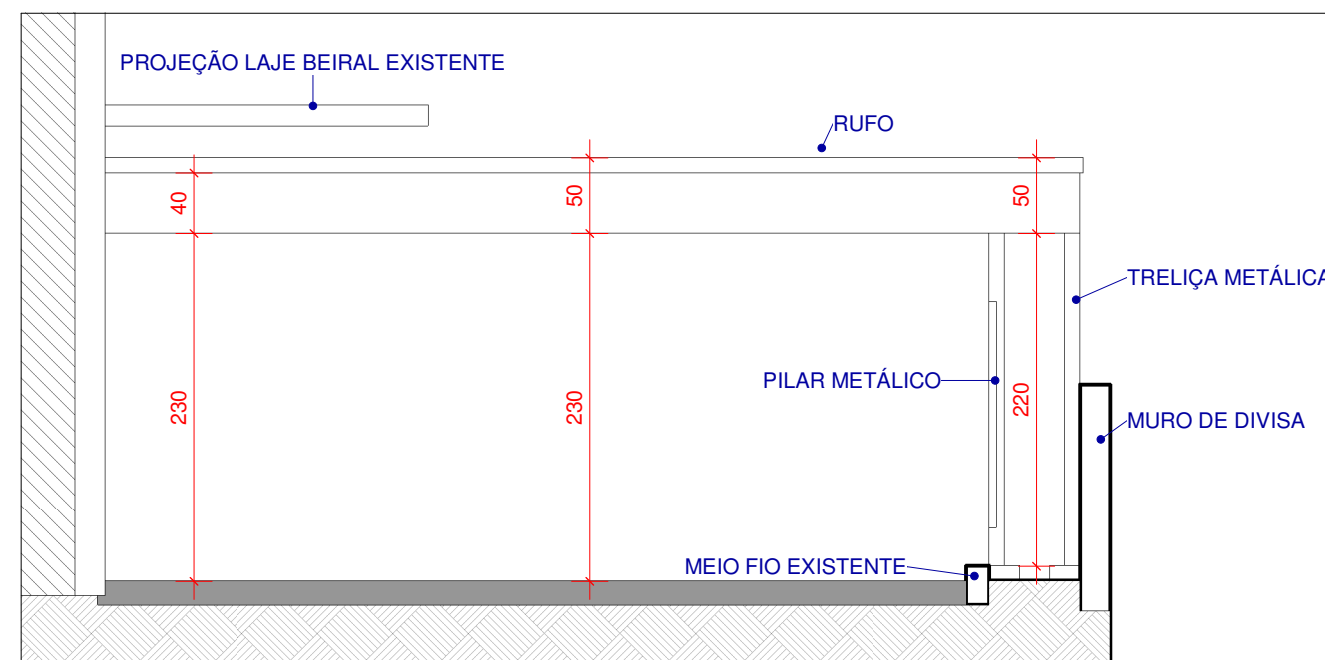
2 PLANTA BAIXA - COBERTURA
Escala: 1 : 50



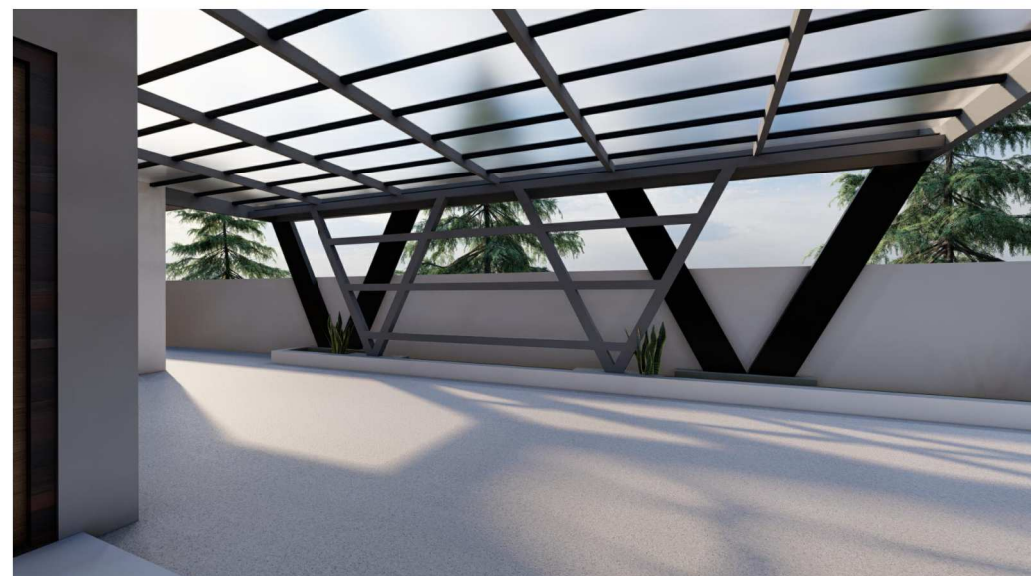
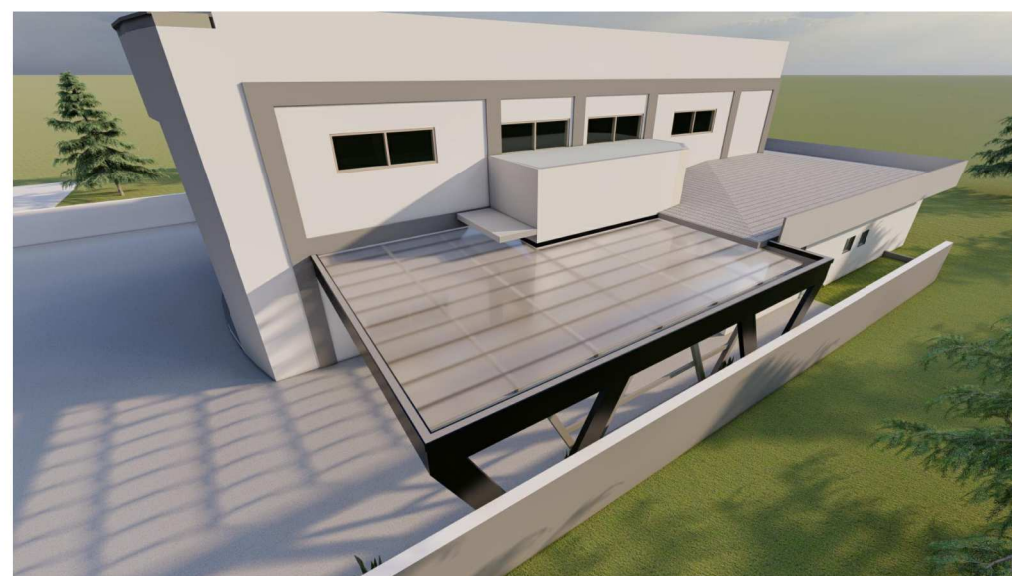
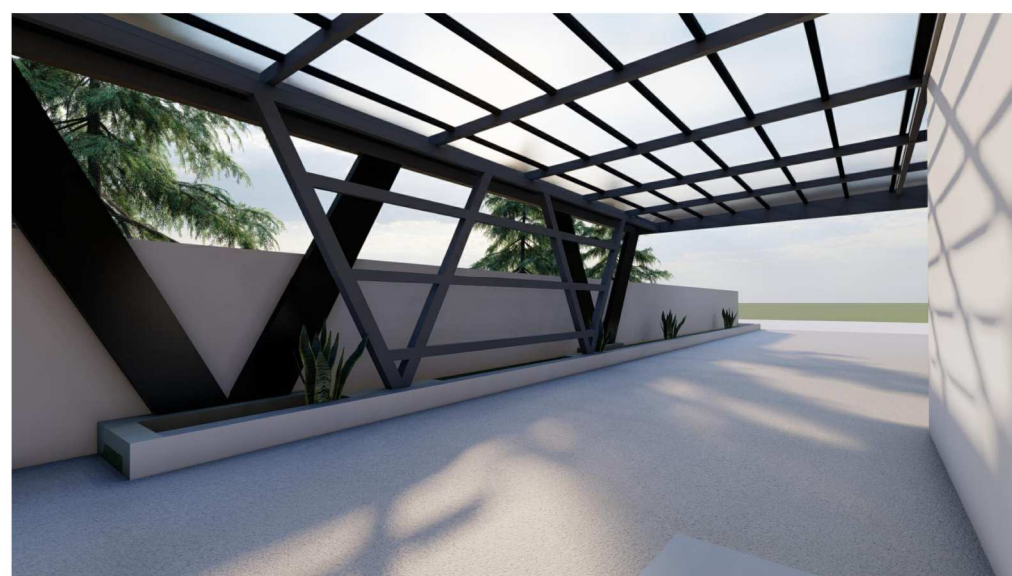
5 CORTE AA
Escala: 1 : 50



3 VISTA LATERAL DIREIRA
Escala: 1 : 50



4 VISTA FRONTAL
Escala: 1 : 50



ESTATÍSTICA

ZONA DE OCUPAÇÃO	ZC - ZONA CENTRAL
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	-
ÁREA DO LOTE	750,00 m²
TESTADA DO LOTE	25,00 m
ÁREA A CONSTRUIR	44,23 m²
ÁREA A REGULARIZAR	-
ÁREA TOTAL	-
TAXA DE OCUPAÇÃO	-
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-
TAXA DE PERMEABILIDADE	-

PIÊN - PR

APROVAÇÕES:

* Em caso de divergência entre cota e escala, prevalecer cota.
* Declaro ciência que o projeto aprovado não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno;
* Declaro que é de responsabilidade do projetista que haja acesso adequado para todas as vagas de estacionamento deste projeto;



RESP. TÉCNICO:
goubi
FABRÍCIO WOJCEKOWSKI
Data: 17/02/2026 23:04:56-0300
Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

PROPRIETÁRIO:

Fabício Wojciekowski
CREA SC/ 1712719-D

Câmara Municipal de Piên
CNPJ: 01.603.097/0001-90

OBRA: Reforma da Câmara Municipal de Piên

LOCAL: Rua Amazonas, 170

BAIRRO: Centro

DESCRIÇÃO

PLANTA BAIXA, CORTES E DETALHES

PROJETO

ARQUITETÔNICO

DATA: 11/02/2026

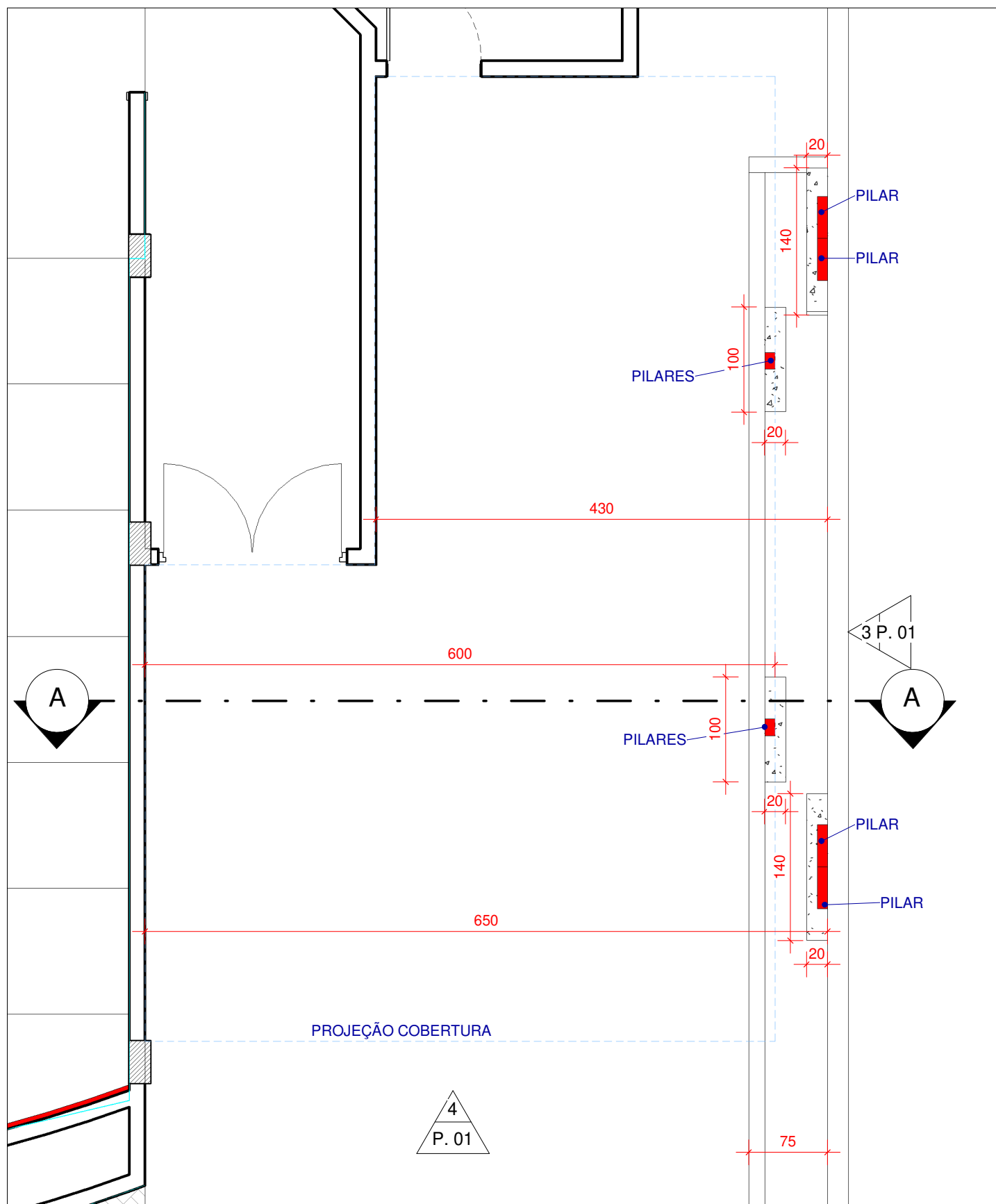
ESCALA: Indicada

PRANCHA

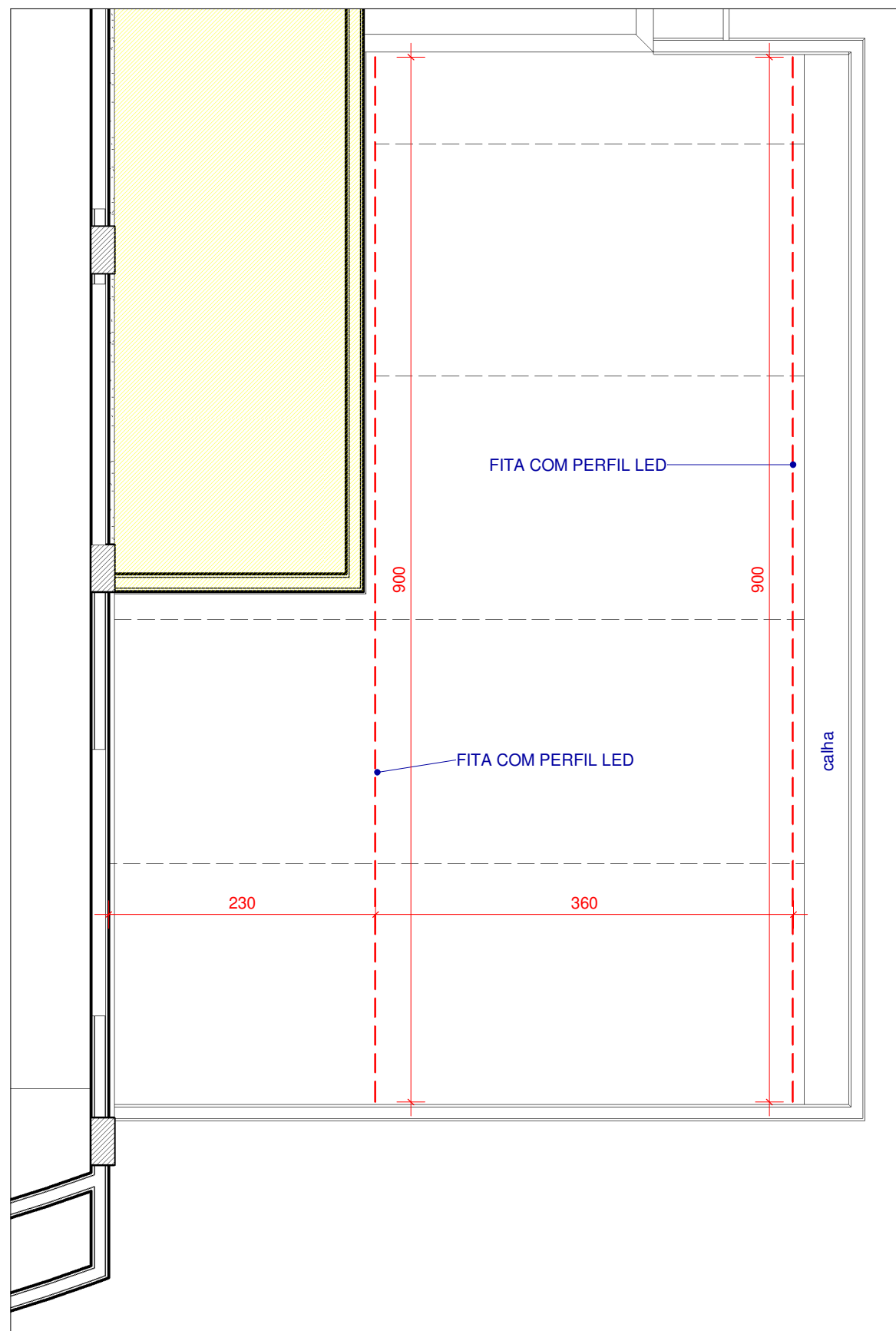
P. 01

DE

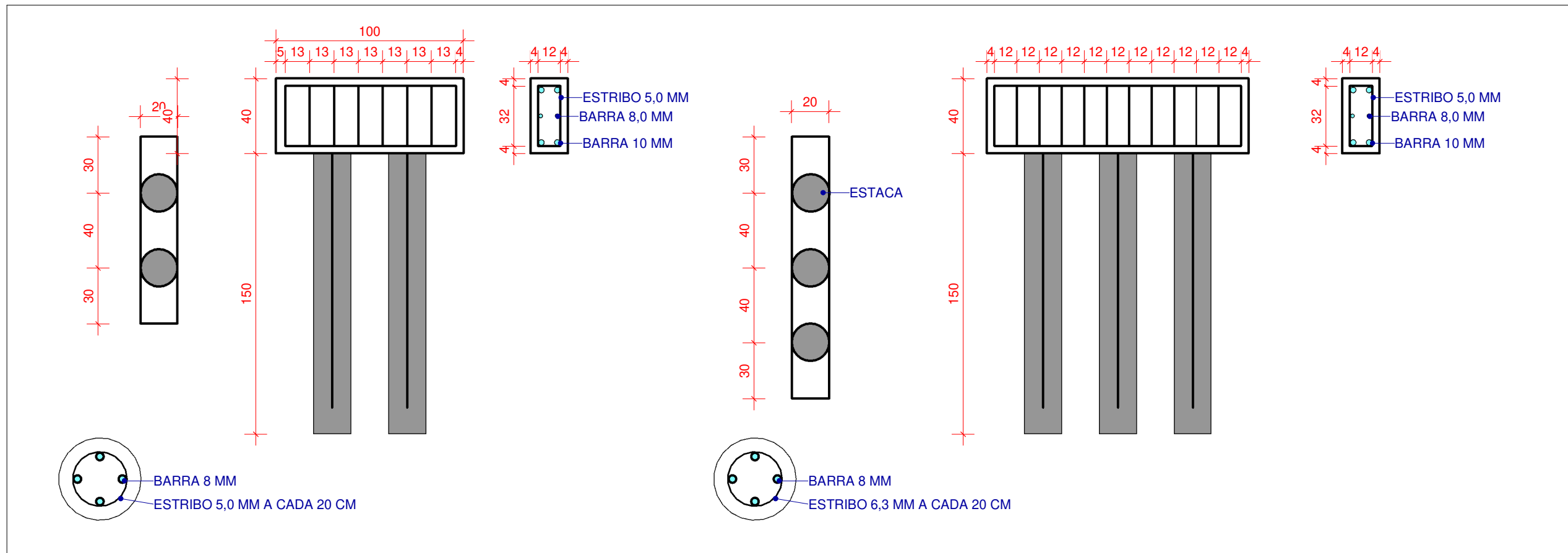
02



2 PLANTA BAIXA - ESTRUTURA FUNDAÇÃO
Escala: 1 : 50



3 PLANTA BAIXA - COBERTURA ILUMINAÇÃO
Escala: 1 : 50



1 DETALHE FUNDAÇÃO
Escala: 1 : 25

ESTATÍSTICA

ZONA DE OCUPAÇÃO	ZC - ZONA CENTRAL
INSCRIÇÃO IMOBILIARIA	-
ÁREA DO LOTE	750,00 m²
TESTADA DO LOTE	25,00 m
ÁREA A CONSTRUIR	44,23 m²
ÁREA A REGULARIZAR	-
ÁREA TOTAL	-
TAXA DE OCUPAÇÃO	-
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	-
TAXA DE PERMEABILIDADE	-

PIÊN - PR

APROVAÇÕES:

* Em caso de divergência entre cota e escala, prevalecer cota.

* Declaro ciência que o projeto aprovado não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno;

* Declaro que é de responsabilidade do projetista que haja acesso adequado para todas as vagas de estacionamento deste projeto;



RESP. TÉCNICO: **gov.br** Documento assinado digitalmente
FABRICIO WOICIEKOVSKI
Data: 17/02/2026 23:04:56 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabício Woiciekowski
CREA SC/ 1712719-D

PROPRIETÁRIO:

Câmara Municipal de Piên
CNPJ: 01.603.097/0001-90

OBRA: Reforma da Câmara Municipal de Piên

LOCAL: Rua Amazonas, 170

BAIRRO: Centro

DESCRIÇÃO

PLANTA BAIXA E DETALHES

PROJETO

ARQUITETÔNICO

DATA: 11/02/2026

ESCALA: Indicada

PRANCHA

02

DE

02

LIGAÇÕES SOLDADAS EM ESTRUTURA METALICA

NORMA:
ABNT NBR 8800:2008: Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Artigo 6: Condições específicas para o dimensionamento de ligações metálicas.

MATERIAIS:

- Perfil (Material base): A-36 250Ma
- Material de solda (soldas): Eletrodos das séries E60XX e E70XX. Para os materiais utilizados e o procedimento de solda SMAW (Arco elétrico com eletrodo revestido), cumpram-se as condições de compatibilidade entre materiais exigidas pelo item 6.2.4 ABNT NBR 8800:2008.

DEFINIÇÕES PARA SOLDAS EM ÂNGULO:

- Garganta efetiva é igual à menor distância medida desde a raiz à face lateral teórica da solda (item 6.2.2.2 a) ABNT NBR 8800:2008).
- Lado do cordão é o menor dos dois lados situados nas bases de fusão do maior triângulo que pode ser inscrito na seção da solda (item 6.2.2.2 b) ABNT NBR 8800:2008).
- Raiz da solda: é a interseção das faces de fusão (item 6.2.2.2 b) ABNT NBR 8800:2008).
- Comprimento efetivo do cordão de solda é igual ao comprimento total da solda com dimensões uniformes, incluídos os retornos (item 6.2.2.2 c) ABNT NBR 8800:2008).

DISPOSIÇÕES CONSTRUTIVAS:

1) As prescrições consideradas neste projeto aplicam-se a ligações soldadas nas quais:
- Os apoios das peças a unir têm um limite elástico não superior a 100 ksi (690 MPa) (item 1.2 (1) AWS D1.1/D1.1M:2002).
- As espessuras das peças a unir são pelo menos de 1/8 in (3mm) (item 1.2 (2) AWS D1.1/D1.1M:2002).

2) Em soldas de tipo de penetração total ou parcial verifica-se que:

- O comprimento efetivo das soldas de penetração total ou parcial é igual ao seu comprimento total, o qual é igual ao comprimento da parte unida (item 6.2.2.1 b) ABNT NBR 8800:2008).
- Em soldas de penetração total, a garganta efetiva é igual à menor espessura das peças unidas (item 6.2.2.1 c) ABNT NBR 8800:2008).
- Em soldas de penetração parcial, a espessura mínima da garganta efetiva cumpre os valores da seguinte tabela:

Tabela 9 ABNT NBR 8800:2008	
Menor espessura das peças a unir (mm)	Espessura mínima da garganta efetiva (mm)
Menor que ou igual a 6,35	3
Menor que ou igual a 12,5	5
Menor que ou igual a 19	6
Menor que ou igual a 27,5	8
Menor que ou igual a 51	10
Menor que ou igual a 152	13
Maior que 152	16

- A espessura da garganta efetiva das soldas de penetração parcial determina-se segundo a tabela 5 ABNT NBR 8800:2008.

3) Em soldas em ângulo verifica-se que:

- O tamanho mínimo do lado de uma solda de ângulo cumpre os valores da seguinte tabela:

Tabela 10 ABNT NBR 8800:2008	
Menor espessura das peças a unir (mm)	Tamanho mínimo do lado de uma solda em ângulo (mm)
Menor que ou igual a 6,35	3
Menor que ou igual a 12,5	5
Menor que ou igual a 19	6
Menor que ou igual a 27,5	8

Exceção: em uma só passada

- O tamanho máximo do lado de uma solda em ângulo ao longo das bordas de peças soldadas cumpre o especificado no item 6.2.6.2.4 ABNT NBR 8800:2008, o qual exige que:
- ao longo das bordas de material com espessura inferior a 6,35 mm, seja menor ou igual à espessura do material;
- ao longo das bordas de material com espessura igual ou superior a 6,35 mm, seja menor ou igual à espessura do material menos 1,5 mm.

- O comprimento efetivo de um cordão de solda em ângulo cumpre que é maior que ou igual a 4 vezes o tamanho do seu lado, ou que o lado não seja considerado maior que o 25% do comprimento efetivo da solda. Além disso, o comprimento efetivo de uma solda em ângulo exposta a qualquer solicitação de cálculo não é inferior a 40 mm (item 6.2.6.2.5 ABNT NBR 8800:2008).

4) No detalhe das soldas indica-se o comprimento efetivo do cordão (comprimento sobre o qual o cordão tem o seu tamanho completo). Para alcançar tal comprimento, pode ser necessário proteger o cordão sob odo os cantos, com o mesmo tamanho do cordão.

5) As soldas de ângulo de ligações em T com ângulos menores que 30° não se consideram como elípticas para a transmissão das cargas aplicadas (item 2.3.3.4 AWS D1.1/D1.1M:2002).

6) Nos processos de fabricação e montagem deverão ser cumpridos os requisitos indicados no capítulo 5 de AWS D1.1/D1.1M:2002. No que diz respeito à preparação do metal base, exige-se que as superfícies sobre as quais se depositará o metal de adição devem ser suaves, uniformes, e livres de fissuras e outras descontinuidades que afetariam a qualidade ou resistência da solda. As superfícies a soldar, e as superfícies adjacentes a uma solda, deverão estar também livres de lâminas, escamas, óxido solto ou aderido, escória, ferrugem, umidade, óleo, pintura e outros materiais estranhos que impeçam uma solda apropriada ou produzam emissões prejudiciais.

VERIFICAÇÕES:

- A resistência de cálculo dos cordões de solda determina-se de acordo com o item 6.2.5 ABNT NBR 8800:2008.

- O método utilizado para a verificação da resistência dos cordões de solda é aquele em que as tensões calculadas nos cordões (resultante vetorial), consideram-se como tensões de corte aplicadas sobre a área efetiva (item 2.5.4.1 AWS D1.1/D1.1M:2002).

- A área efetiva de um cordão de solda é igual ao produto do comprimento efetivo do cordão pela espessura da garganta efetiva (item 6.2.2.1 b) e 6.2.2.2 a) ABNT NBR 8800:2008).

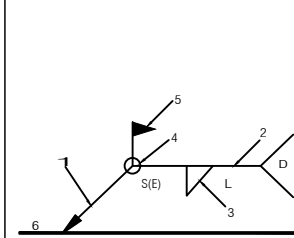
- Na verificação da resistência dos cordões de solda considerou-se uma solicitação mínima de cálculo de 45kN (item 6.1.5.2 ABNT NBR 8800:2008).

REFERÊNCIAS E SIMBOLOGIA

Para a representação dos símbolos das soldas consideram-se as indicações da norma AWS/AWS 42-4-98: STANDARD SYMBOLS FOR WELDING, BRIZING, AND NONDESTRUCTIVE EXAMINATION.

MÉTODO DE REPRESENTAÇÃO DE SOLDAS

Conforme a figura 2 de AWS/AWS 42-4-98 e os tipos de soldas utilizados neste projeto, desenvolve-se o seguinte esquema de representação de uma solda:



A informação relacionada com o lado da ligação soldada à qual aponta a seta, coloca-se por baixo da linha de referência, enquanto que para o lado oposto, indica-se acima da linha de referência.



Onde:

OS/Other Side): e o outro lado da seta
AS/Arrow Side): e o lado da seta

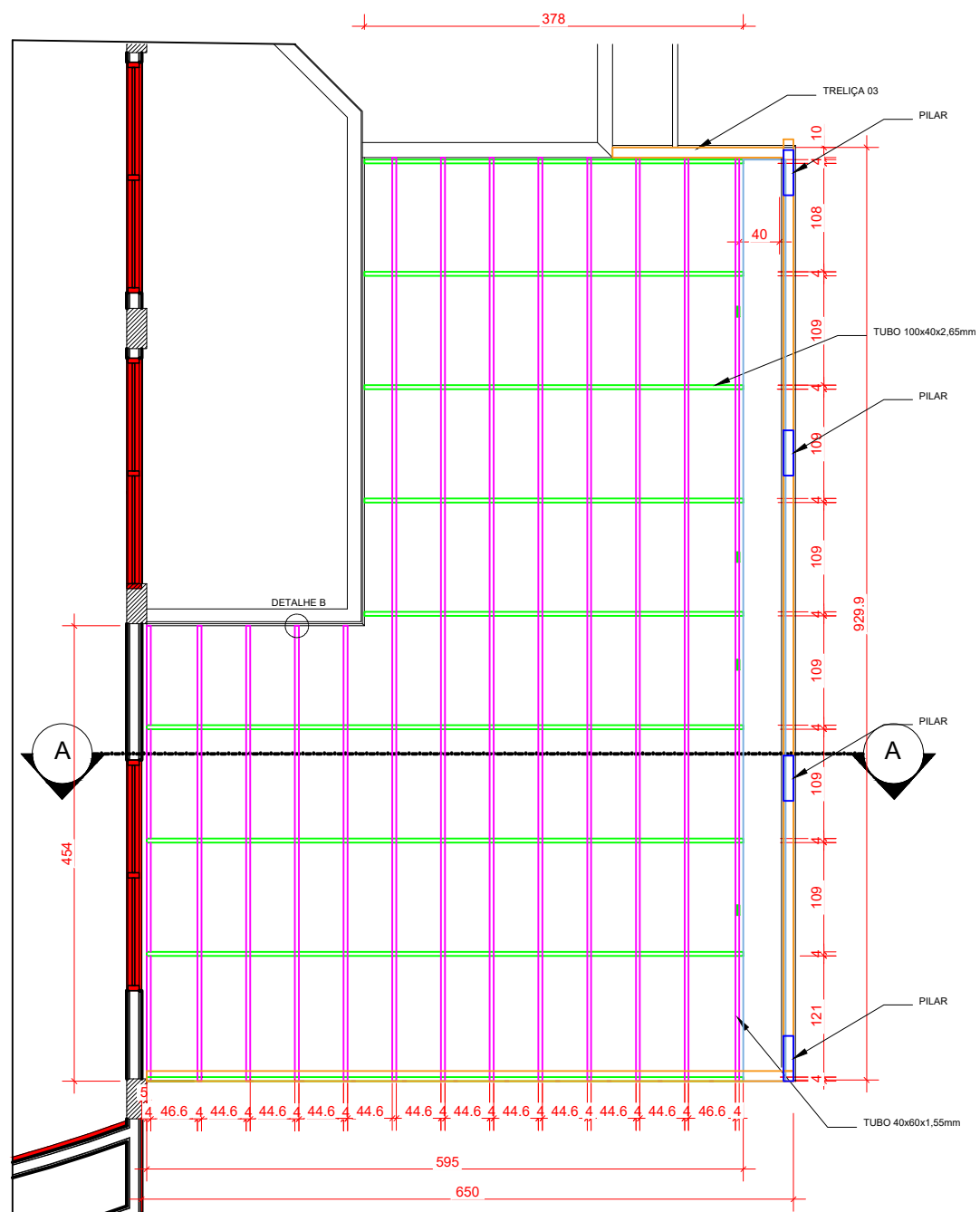
Referência 3

Designação	Ilustração	Símbolo
Solda de filete		
Solda de topo em Y simples (com chanfro)		
Solda de topo em bisel simples		
Solda de topo em bisel duplo		
Solda de topo em bisel simples com chanfro de raiz largo		
Solda combinada de topo em bisel simples e em ângulo		
Solda de topo em bisel simples com lado curvo		

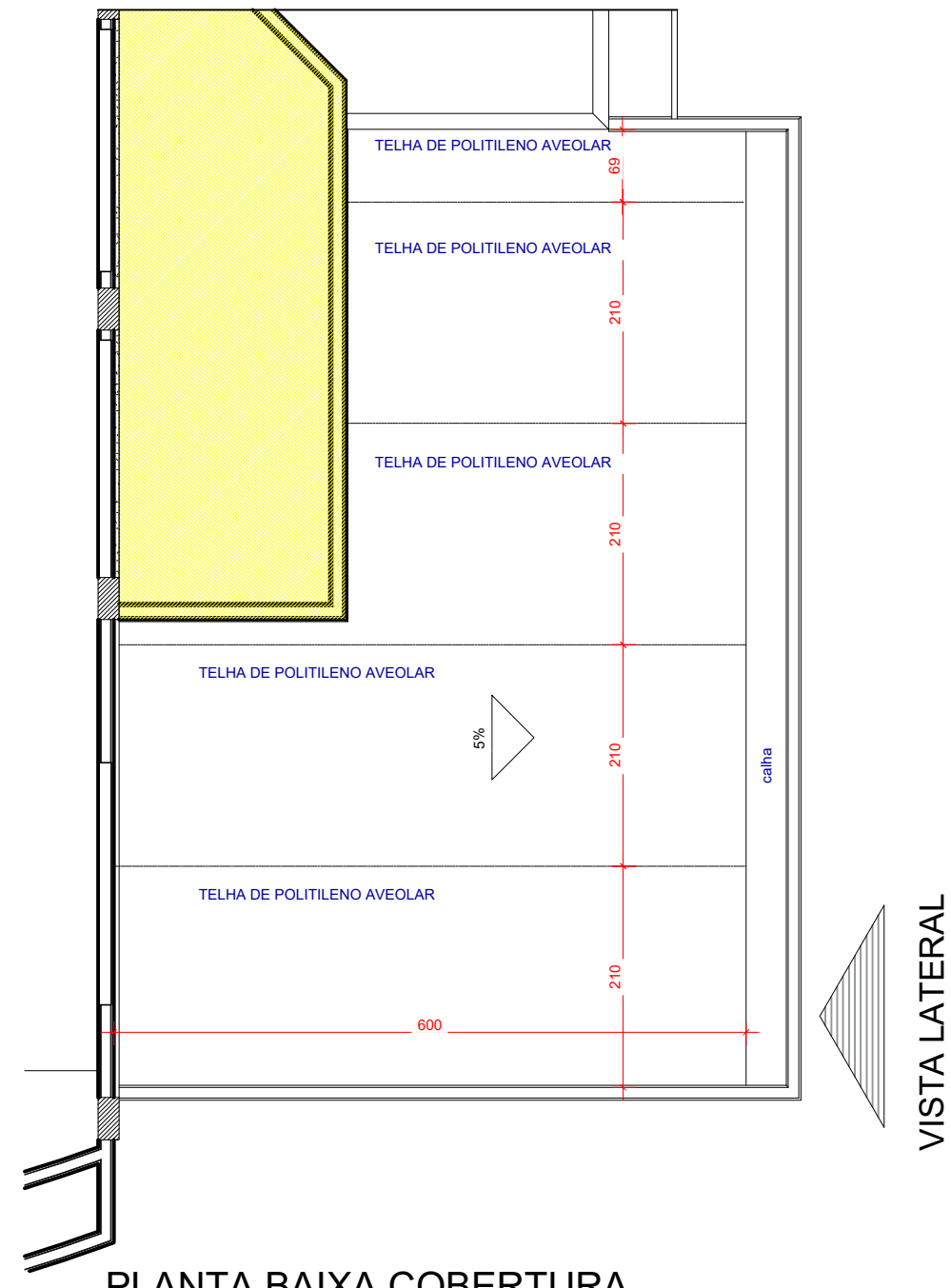
Elementos para aplicar			
Tipo	Material	Quantidade	
Parafusos	ASTM A325M	372	M16x45, Tipo 1, ASTM A325MT
Porcas	Classe BS	372	M16, ASTM A563M
Arruelas	Tipo 1	352	M16, ASTM F436M

ATENÇÃO

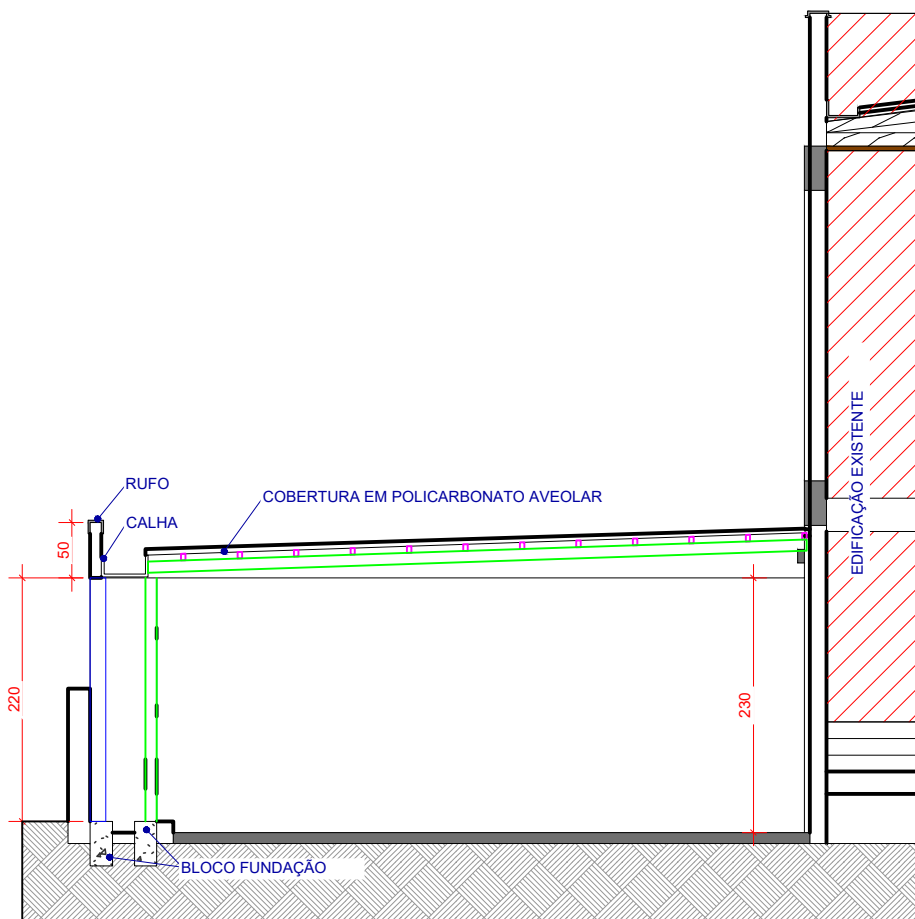
Antes da fabricação todas as medidas deverão ser conferidas na obra, visto que variações poderão ocorrer entre as tomadas na obra e aqui apresentadas.



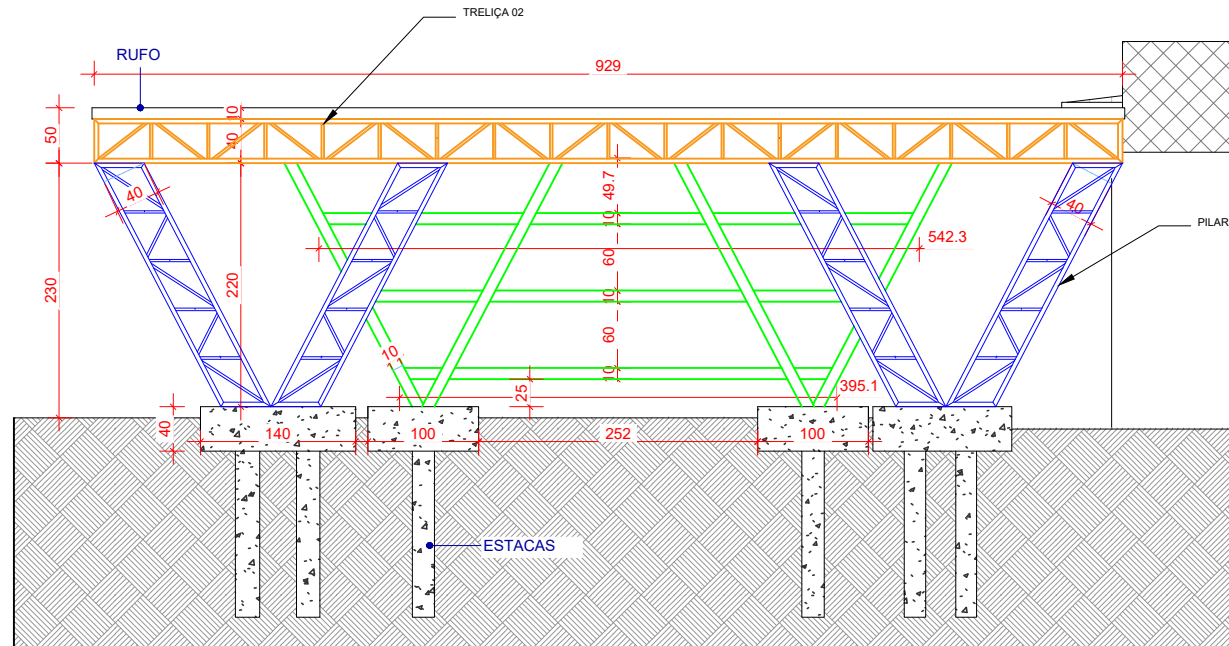
PLANTA BAIXA ESTRUTURA
Escala 1:4



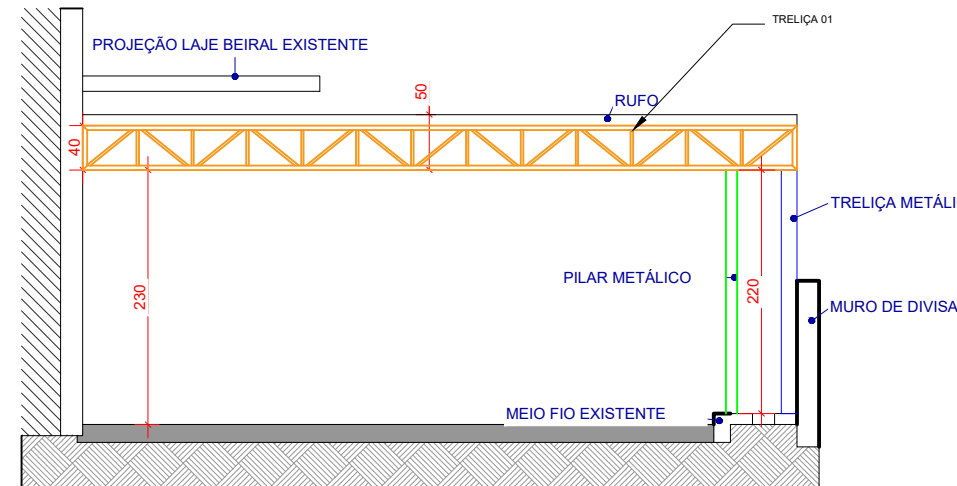
PLANTA BAIXA COBERTURA
Escala 1:4



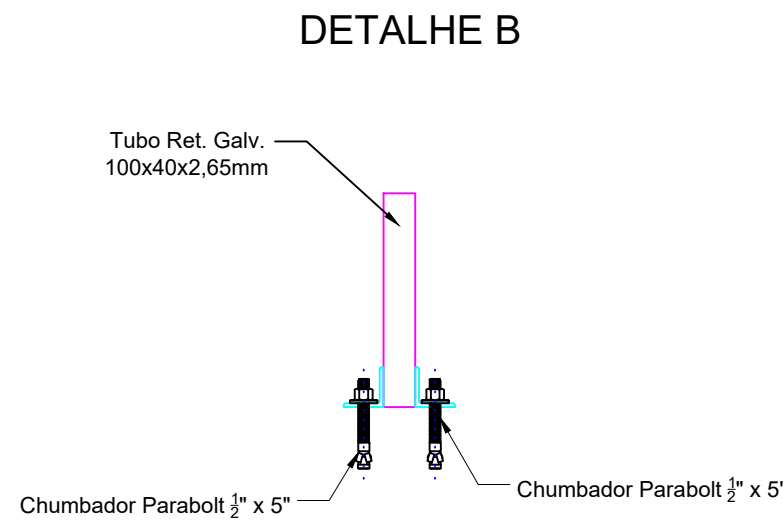
CORTE AA
Escala 1:5



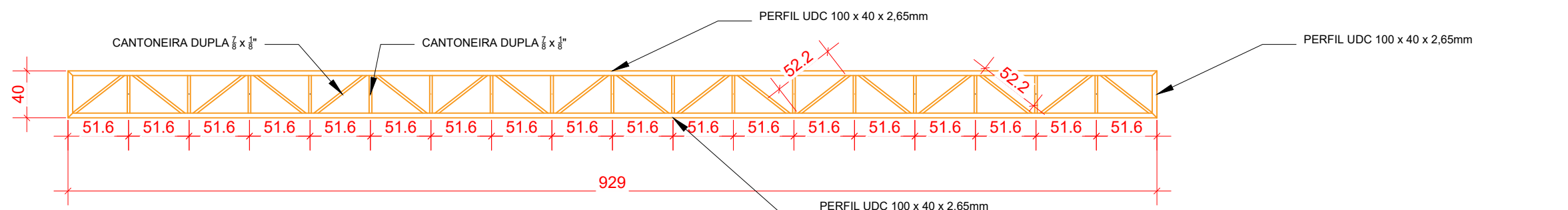
VISTA LATERAL DIREITA
Escala 1:4



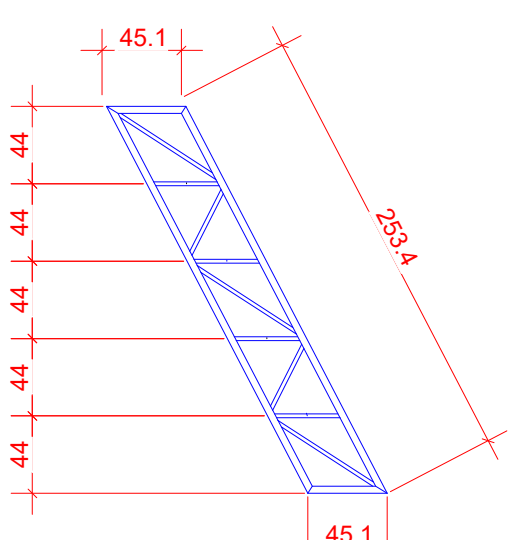
VISTA FRONTAL
Escala 1:5



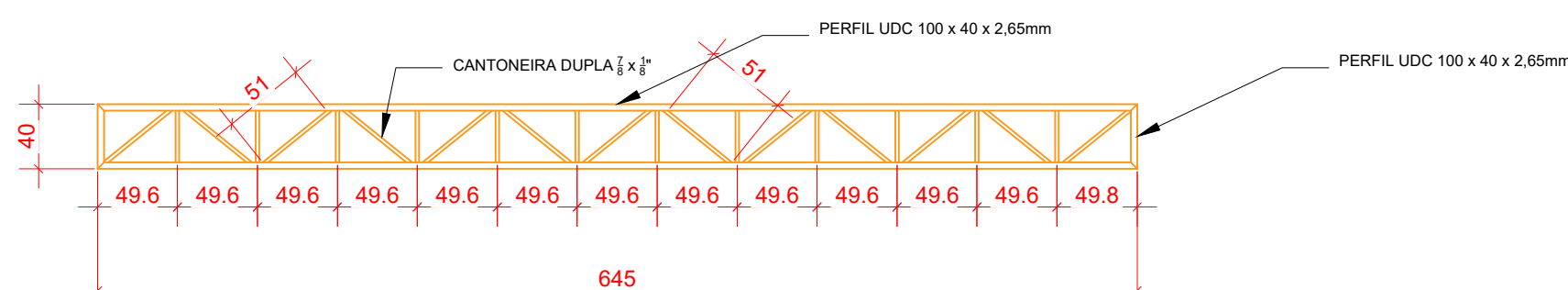
DETALHE B



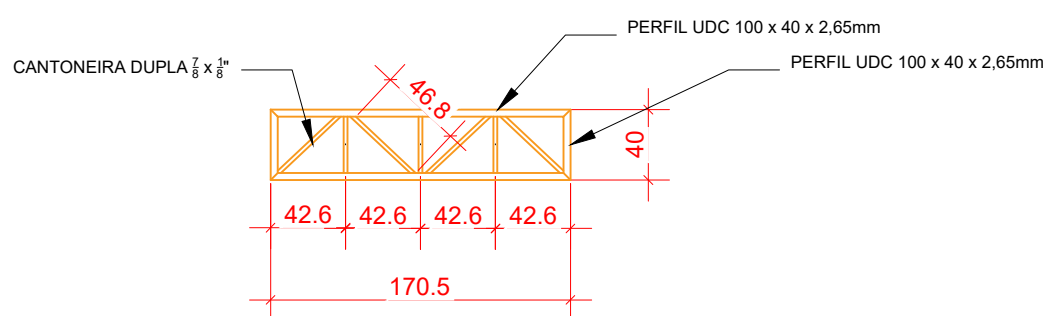
TRELIÇA 02
Escala 1:2



PILAR
Escala 1:2

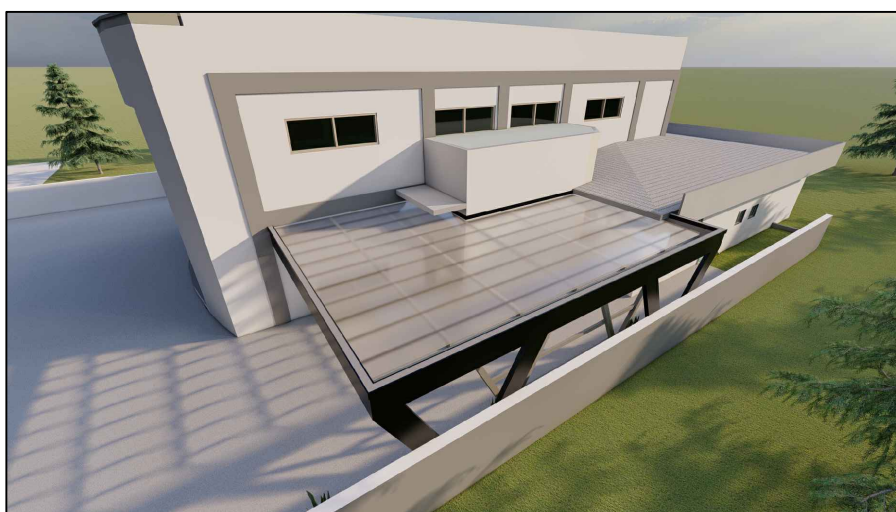
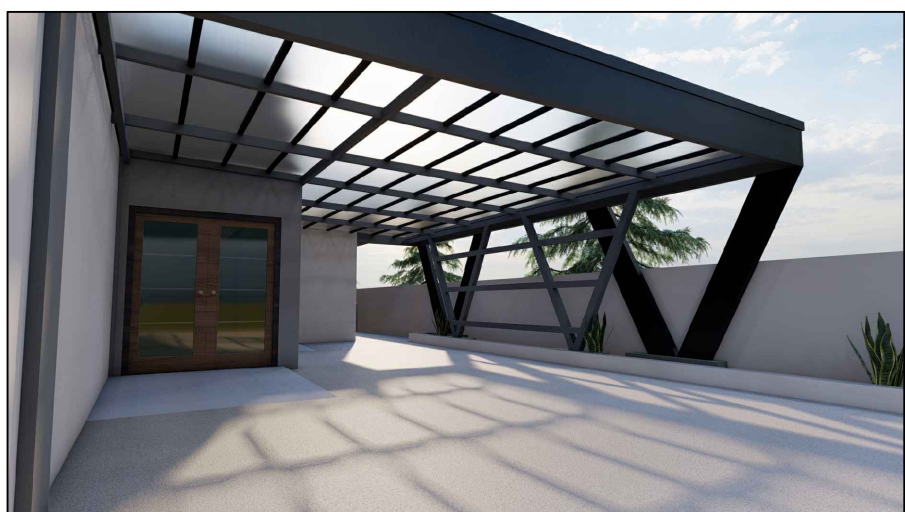


TRELIÇA 01
Escala 1:2



TRELIÇA 03
Escala 1:2

PLANTA ESTRUTURAL
Escala: Indicada



CÂMARA MUNICIPAL DO PIÊN

TÍTULO: CONSTRUÇÃO DE TOLDO ANEXO NA ENTRADA

CONTEÚDO: PROJETO ESTRUTURAL

ENDEREÇO: RUA AMAZONAS, Nº 170, CENTRO, PIÊN - PR

PROPRIETÁRIO(S):

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN- CNPJ: 01.603.097/0001-90

AUTOR DO PROJETO/RESPONSÁVEL TÉCNICO

FABRICIO WOJCIEKOVSKI

FABRICIO WOJCIEKOVSKI - ENGº, CREA - 000000000000000000

Data :
Fev/2026

Desenho:
FW



Escala :
Indicada

Versão :
01

Prancha:

01

/01

OBRA: TROCA DE PISO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN

LOCAL: RUA AMAZONAS, Nº 170, CENTRO, PIÊN - PR

DATA: FEVEREIRO DE 2026

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN – PR

MEMORIAL DESCRITIVO.

“Este memorial faz parte de um conjunto de elementos, entre eles, projeto arquitetônico, planilha orçamentária e cronograma. Este conjunto vem para dirimir todas as dúvidas construtivas. Em caso de dúvidas no projeto, deverá ser consultado o memorial e ou a planilha orçamentária. O que não se encontrar em algum dos documentos poderá ser encontrado no outro. É favor consultar todos os 03 documentos antes de executar o serviço que lhes pareça duvidoso”

OBJETO.

Este memorial descritivo compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos para a troca do piso na Câmara Municipal, nos locais indicados pela CONTRATANTE e conforme projeto padrão completo.

1 - PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Deverá ser alocada uma placa de identificação da obra em local a ser determinado pela Fiscalização com área no tamanho determinado pelo Contratante, e que conterá o objeto do contrato, valor contratual, data de início e término, propaganda institucional entre outros dizeres nas cores e formato determinado pela CONTRATANTE. A placa deverá ter as dimensões constantes em orçamento (1x 0,8 = 0,80 m²).

2 – FUNDAÇÃO:

A fundação da edificação será executada em estacas escavadas manualmente, com profundidade de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), conforme locação estrutural em projeto. As estacas serão abertas manualmente até atingir a profundidade especificada, garantindo-se a estabilidade das paredes da escavação e a limpeza do fundo antes da concretagem.

O concreto a ser utilizado deverá apresentar resistência característica conforme especificado em projeto estrutural, sendo lançado de forma a evitar segregação e garantindo o completo preenchimento das estacas.

Sobre as estacas será executada viga baldrame em concreto armado, com dimensões de 0,40 m (quarenta centímetros) de altura por 0,20 m (vinte centímetros) de largura, conforme detalhamento estrutural. A armação será executada de acordo com o projeto estrutural, respeitando cobrimentos mínimos, posicionamento das ferragens e ancoragens.

Imagem 01 – Local da obra.



Fonte: Autor do Projeto.

O concreto da viga baldrame deverá ser devidamente vibrado para assegurar boa compactação e resistência, sendo posteriormente realizada a cura adequada conforme normas técnicas vigentes.

Todos os serviços deverão atender às normas da ABNT aplicáveis, bem como às boas práticas de execução.

3 – ESTRUTURA METÁLICA

A estrutura metálica da edificação será executada conforme os projetos arquitetônico e estrutural disponibilizados, respeitando integralmente dimensões, níveis, cargas, especificações técnicas e detalhamentos construtivos.

O sistema estrutural será composto por pilares metálicos e vigas treliçadas, dimensionados de acordo com os esforços atuantes e conforme especificações do projeto estrutural. Todos os perfis metálicos deverão atender às normas técnicas vigentes, sendo fabricados com material de qualidade comprovada e executados com rigor técnico quanto a prumo, alinhamento e nivelamento.

As ligações entre os elementos estruturais poderão ser executadas por meio de solda e/ou parafusos estruturais, conforme detalhamento em projeto, garantindo-se a estabilidade, rigidez e segurança da estrutura.

Os pilares e vigas treliçadas receberão fechamento em placas de ACM (Aluminum Composite Material), que funcionarão como elemento de acabamento, conforme especificação arquitetônica. A instalação das placas deverá seguir as recomendações do fabricante, garantindo perfeito alinhamento, fixação adequada e acabamento final.

A cobertura será executada com chapas de policarbonato alveolar, com espessura conforme especificada em projeto, devidamente fixadas à estrutura metálica por meio de perfis e acessórios apropriados, assegurando estanqueidade, resistência às intempéries e adequado escoamento das águas pluviais.

Toda a estrutura metálica deverá receber tratamento anticorrosivo, incluindo limpeza, preparação da superfície e aplicação de fundo e pintura de acabamento ou outro sistema de proteção especificado em projeto, garantindo durabilidade e desempenho adequado.

A execução deverá atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis e às boas práticas de engenharia.

Imagem 02: Foto 3D do projeto arquitetônico.



Fonte: Autor do projeto.

Os resíduos gerados da obra deverão ser carregados manualmente, transportados internamente até local previamente definido no canteiro de obras e destinados de forma ambientalmente adequada, sem qualquer tipo de reaproveitamento, em conformidade com a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis.

4 – ILUMINAÇÃO

O sistema de iluminação será executado conforme projeto, atendendo aos níveis de iluminância previstos para o ambiente.

A iluminação será composta por perfis de LED de sobrepôr, instalados diretamente sobre a superfície da estrutura, conforme detalhamento em projeto. Os perfis deverão possuir difusor para adequada distribuição do fluxo luminoso, proporcionando iluminação uniforme, conforto visual e acabamento estético compatível com a proposta arquitetônica.

As fitas ou módulos de LED deverão apresentar potência, temperatura de cor e fluxo luminoso conforme especificado em projeto, sendo alimentados por drivers compatíveis e devidamente dimensionados. Os componentes deverão ser instalados de forma a permitir ventilação adequada e facilitar futuras manutenções.

Toda a instalação deverá atender às normas técnicas vigentes, garantindo segurança, eficiência energética e durabilidade do sistema.

5 - ORIENTAÇÕES GERAIS DA OBRA:

Os serviços previstos neste memorial descritivo serão executados de forma setorizada e em etapas, de modo a permitir a manutenção do funcionamento regular da Câmara Municipal de Piên durante a execução da obra. A sequência e o cronograma das intervenções em cada ambiente serão definidos em conjunto com a fiscalização, visando minimizar interferências nas atividades administrativas e legislativas.

Durante toda a execução dos serviços, a contratada deverá adotar medidas rigorosas de segurança, organização, higiene e controle de acesso, incluindo isolamento adequado das áreas em obra, sinalização preventiva, proteção de circulações e ambientes adjacentes, bem como a limpeza contínua dos locais afetados.

É indispensável a observância das normas de segurança do trabalho, o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a adoção de procedimentos que evitem riscos aos servidores, usuários e visitantes da Câmara, garantindo condições seguras de circulação e permanência no edifício.

A contratada será responsável por manter o ambiente de trabalho limpo, organizado e livre de resíduos, realizando a destinação adequada dos materiais removidos, de forma a preservar as condições de higiene, salubridade e segurança do prédio durante todo o período da obra.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ
Rua Amazonas, nº 170 – Piên – Paraná
CEP 83.860-000 – Telefone (41) 3632-1274



Piên, fevereiro de 2026





Documento assinado digitalmente



FABRICIO WOICIEKOVSKI

Data: 17/02/2026 23:04:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABRICIO WOICIEKOVSKI
Eng. Civil CREA-SC 171271-9/D

			CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN									
			REF.: Reforma da Câmara Municipal de Piên, PR									
			PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
			Data: 12/02/2026									
Município: PIÊN												
Projeto: PROJETO DE REFORMA												
Local: RUA AMAZONAS, 170												
BAIRRO: CENTRO												
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO S/BDI(R\$)	PREÇO UNITÁRIO MÃO DE OBRA	PREÇO UNITÁRIO MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO C/BDI (R\$)	PREÇO TOTAL MÃO DE OBRA	PREÇO TOTAL MATERIAIS	PREÇO DO SERVIÇO (R\$)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES											
1.1	SINAPI	103689	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - INSTALADA	m²	0,80	469,47	142,97	428,90	571,86	114,37	343,12	457,49
TOTAL												457,49
2.	FUNDAÇÃO											
2.1	SINAPI	101173	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE.	m	15,00	54,51	16,60	49,80	66,40	249,00	747,00	996,00
2.2	SINAPI	96545	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA	m²	4,48	145,49	44,31	132,92	177,22	198,49	595,46	793,95
2.3	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	0,38	133,82	40,75	122,26	163,01	15,49	46,46	61,94
2.4	SINAPI	103685	CONCRETAGEM DE MURETAS, FCK=25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	m³	0,38	594,16	180,94	542,81	723,75	68,76	206,27	275,03
2.5	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	kg	28,44	15,56	4,74	14,21	18,95	134,73	404,20	538,94
2.6	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	kg	14,81	13,69	4,17	12,51	16,68	61,75	185,25	247,00
2.7	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO	kg	15,71	18,98	5,78	17,34	23,12	90,79	272,38	363,17
TOTAL												3.276,03
3.	ESTRUTURA METÁLICA											
3.1	COMPOSIÇÃO	1	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PILAR TRELIÇADO INCLINADO EM AÇO E VIGA TRELIÇADA , PARA CONERTURA EM POLICARBONATO, INCLUSO IÇAMENTO.	und	1,00	7.073,25	2.153,98	6.461,95	8.615,93	2.153,98	6.461,95	8.615,93
3.2	COMPOSIÇÃO	2	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO EM ACM NOS PILARES TRELIÇADOS E VIGAS TRELIÇADAS DA COBERTURA.	M2	26,83	116,94	35,61	106,83	142,44	955,42	2.866,25	3.821,67
3.3	SINAPI	92568	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m2	44,23	120,22	36,61	109,83	146,44	1.619,26	4.857,78	6.477,04
3.4	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m	17,60	49,87	15,19	45,56	60,75	267,30	801,90	1.069,20
3.5	ORSE	13359	Fornecimento e instalação de chapas de policarbonato alveolar, incolor, 6mm com emendas e acabamento em policarbonato, aplicado em toldo/cobertura/fechamento/etc	m3	45,23	139,62	42,52	127,55	170,07	1.923,07	5.769,20	7.692,27
3.6	SINAPI	94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m	9,09	84,63	25,77	77,32	103,09	234,27	702,82	937,09
TOTAL												28.613,19
4.	ILUMINAÇÃO											
4.1	COMPOSIÇÃO	3	FITA LED - COM PERFIL DE SOBREPOR	m	18,00	116,28	35,41	106,23	141,64	637,38	1.912,14	2.549,52
TOTAL												2.549,52
VALOR TOTAL DE MÃO DE OBRA									8.724,06			
VALOR TOTAL DE MATERIAIS									26.172,17			
VALOR TOTAL									34.896,23			
REFERÊNCIAS												
DATA: 12/02/2026	SINAPI ORSE	set/25 jan/26	NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI CREA-SC 171271-9/D			ASSINATURA:  Documento assinado digitalmente FABRICIO WOICIEKOVSKI Data: 17/02/2026 23:00:33-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br						

	CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN										
	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO										
	DATA: 12/02/2026										
Município: PIÊN											
Projeto: PROJETO DE REFORMA											
Local: RUA AMAZONAS, 170											
BAIRRO CENTRO VALOR TOTAL: R\$ 34.896,23											
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR	20 DIAS		40 DIAS		60 DIAS		TOTAL		
			R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 457,49	R\$ 457,49	100,00%					R\$ 457,49	100,00%	
2	FUNDAÇÃO	R\$ 3.276,03	R\$ 3.276,03	100,00%					R\$ 3.276,03	100,00%	
3	ESTRUTURA METÁLICA	R\$ 28.613,19			R\$ 14.306,60	50,00%	R\$ 14.306,60	50,00%	R\$ 28.613,19	100,00%	
4	ILUMINAÇÃO	R\$ 2.549,52					R\$ 2.549,52	100,00%	R\$ 2.549,52	100,00%	
TOTAL NO MÊS (SIMPLES)			R\$ 34.896,23	R\$ 3.733,52	10,70%	R\$ 14.306,60	41,00%	R\$ 16.856,12	48,30%	R\$ 34.896,23	100,00%
TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)				R\$ 3.733,52	10,70%	R\$ 18.040,11	51,70%	R\$ 34.896,23	100,00%		
DATA: 12/02/2026	NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI CREA-SC 171271-9/D				ASSINATURA:  Documento assinado digitalmente FABRICIO WOICIEKOVSKI Data: 17/02/2026 23:00:33-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br						



CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN - PR

COMPOSIÇÃO ANALITICA DO BDI - Construção e Reforma de Edifícios

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção e Reforma de Edifícios	20,34	22,12	25,00

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	3,80
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	1,00
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,64
Tributos (soma dos itens abaixo)	5,15	6,65	8,65	6,65
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
ISSQN (**)	1,50	3,00	5,00	3,00
TOTAL				21,81

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

- AC = taxa de rateio da Administração Central;
- DF = taxa das despesas financeiras;
- S = taxa de seguro; R = taxa de risco e G = garantia do empreendimento;
- I = taxa de tributos;
- L = taxa de lucro.

NOME: FABRICIO WOICIEKOVSKI

CREA-SC 171271-9D

ASSINATURA:

Documento assinado digitalmente
gov.br FABRICIO WOICIEKOVSKI
Data: 17/02/2026 23:00:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

COMPOSIÇÕES									
1		INSTALAÇÃO DE PISO LAMINADO							
Pisos	98683	PISO LAMINADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020				M2	34,72	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Pisos	98683	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,3240590	31,41	10,18
Pisos	98683	COMPOSICAO	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,6481181	37,87	24,54
Pisos	98683	INSUMO	44227	PISO LAMINADO DE MADEIRA, REGUAS MACHO-FEMEA, LARGURA *18* CM X *1,35* M, RESIDENCIAL E COMERCIAL, TRAFEGO LEVE		M2	1,0500000	0	0,00
Pisos	98683	INSUMO	38545	MANTA DE POLIETILENO EXPANDIDO (PEBD), E = 5 MM		M2	1,3300000	0	0,00
2		INSTALAÇÃO DE RODAPÉ PARA PISO LAMINADO							
Pisos	98683	PISO LAMINADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020				m	9,04	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Pisos	98683	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,0679021	31,41	2,13
Pisos	98683	COMPOSICAO	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,0679021	37,87	2,57
Pisos	98683	INSUMO	44396	COLA BRANCA BASE PVA		KG	0,1244110	34,85	4,34
Pisos	98683	INSUMO	6186	RODAPE DE MADEIRA MACICA CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, *1,5 X 7 CM		M2	1,3300000	0	0,00
3		PERFIL DE TRANSIÇÃO PARA PISO LAMINADO, TIPO “T” OU REDUTOR, INCLUSIVE FIXAÇÃO E ACABAMENTO							
Pisos	98683	PISO LAMINADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020				m	54,31	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Pisos	98683	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,1000000	31,41	3,14
Pisos	98683	COMPOSICAO	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,2000000	37,87	7,57
Pisos	98683	INSUMO	44396	COLA BRANCA BASE PVA		KG	0,0124411	34,85	0,43
Pisos	98683	INSUMO	cotação	Perfil Inciso Multiuso 3 Em 1 Perfil Redutor, Perfil T E Perfil Piso/parede		m	1,0000000	43,16	43,16
106785	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO COM COLA. AF_02/2026								
Pisos	98683	PISO LAMINADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020				m	69,22	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Pisos	98683	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,0679021	31,41	2,13
Pisos	98683	COMPOSICAO	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,0679021	37,87	2,57
Pisos	98683	INSUMO	4791	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO		KG	0,1370000	38,56	5,28
Pisos	98683	INSUMO	45565	PISO TATIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA		M2	0,2500000	236,9500	59,24
4		REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS							
DIVISÓRIAS	2	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS				M2	43,84	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Divisórias	2	COMPOSICAO	88273	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,4220000	41,07	17,33
Divisórias	2	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,8440000	31,41	26,51
5		REMOÇÃO DE PISO TEXTIL (CARPETE)							
DIVISÓRIAS	2	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS				M2	30,22	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Divisórias	2	COMPOSICAO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,4220000	40,19	16,96
Divisórias	2	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,4220000	31,41	13,26
6		LIMPEZA, REMOÇÃO DE ENTULHOS, ORGANIZAÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA							
DIVISÓRIAS	2	REMOÇÃO E REINSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS				UND	1.352,20	CUSTO	CUSTO TOTAL ITEM
Divisórias	2	COMPOSICAO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	10,0000000	40,19	401,90
Divisórias	2	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	30,0000000	31,41	942,30
		Insumo	41956	FITA PLASTICA ZEBRADA PARA DEMARCAÇAO DE AREAS, LARGURA = 7 CM, SEM ADESIVO		m	100,0000000	0,08	8,00
Data: 17/05/26		Eng. Civil Fabricio Woiciekovski					Assinatura:		
		CREA-SC 171271-9							